



**Assembleia Legislativa
do Estado de Goiás**

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

RETROSPECTIVA DOS ANOS 2009/2015

Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana.

Isaura Lemos
Deputada Estadual
Presidenta da Comissão de Habitação,
Reforma Agrária e Urbana





Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

*“O segundo semestre de 2009 foi marcado pela visita do presidente Lula a Goiânia, ocorrida em 13 de agosto. Como presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana, solicitei ao Presidente da República mais investimento em moradias no Estado de Goiás e parabeneizei-o pelo Programa **Minha Casa, Minha Vida**. Porém, deixei clara a necessidade de se investir mais em moradias populares em todo o Estado.*

Outro fato importante foi a audiência pública realizada em 14 de agosto, no município de Baliza, para socorrer os assentamentos rurais da região. Até então, cerca de 700 famílias não haviam sido atendidas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Os assentamentos também não dispunham de água para produção nem água potável para beber. A audiência pública teve como objetivo verificar in loco a situação dessas famílias a fim de discutir alternativas para esses trabalhadores. Em 13 de novembro, comemorei os benefícios conquistados para esses assentados, pois, graças à audiência pública, o Incra visitou as famílias, atendendo as reivindicações locais. Além disso, o Banco do Brasil liberou recursos do Pronaf para vários assentados e cadastrou 153 famílias para receberem os recursos.

*Nos dias 24 e 25 de outubro, a Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana realizou duas audiências públicas que discutiram a regularização fundiária das comunidades quilombolas de São Luiz do Norte. A primeira audiência, no dia 24 de outubro, no povoado de **Porto Leocarde**, envolveu uma comunidade composta de sete famílias que já conta com certificação da Fundação Palmares. A segunda audiência, no dia 25 de outubro, aconteceu no povoado de Lavrinhas, com a participação dos grupos remanescentes de quilombos de Bucaina e Zagaia, além de quilombolas do próprio povoado. Os dois povoados ficam a 20 quilômetros da área central de São Luís. Nos dois dias, o Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado, que encaminhou a solicitação das audiências por intermédio da deputada Isaura Lemos, desenvolveu a programação do projeto Aruanda, com debates e oficinas que colocam em foco o fortalecimento da identidade étnica e questões da violência contra a mulher e, particularmente, contra a mulher quilombola.*



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

As audiências foram solicitadas à Comissão pelo Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado, entidade ligada à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Além da minha participação, as audiências contaram ainda com a presença dos deputados Júlio da Retífica e Hélio de Sousa. Como desdobramento dessas audiências, apresentei requerimento solicitando ao governador Alcides Rodrigues estudos de viabilidade para instalação da Casa do Quilombola em Goiânia, com o objetivo de atender toda a comunidade quilombola existente em diversas cidades do interior do Estado. O requerimento foi aprovado em plenário.

No dia 20 de novembro, tive a satisfação de informar, durante sessão especial em comemoração ao Dia Nacional da Consciência Negra, a qual foi presidida por mim, que o governador Alcides Rodrigues anunciou, nessa mesma data, medidas para melhoria da qualidade de vida dos quilombolas, como o acesso ao crédito para reforma de moradias.

Outro fato importante foi a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), do projeto de lei nº 1504/09, que institui o Dia Estadual da Reforma Agrária e Urbana, de minha autoria. Ao lado disso, participei de diversas reuniões para agilizar o processo de reforma agrária, dificultado pela burocracia do Estado e pela falta de recursos para a área. Contudo, faço um balanço positivo do trabalho da Comissão, que também participou de reuniões com dirigentes dos municípios de Aparecida de Goiânia, Itaberaí, Trindade, Nova Crixás, entre outros, para viabilizar projetos na área de habitação.”

Isaura Lemos

Deputada Estadual

Presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

1. Competência da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana.

Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás

RESOLUÇÃO N° 1218, DE 03 DE JULHO DE 2007.

(Publicada no Diário da Assembléia de 08 de agosto de 2007)

Seção V

Das Comissões Permanentes e sua Competência

Parágrafo único. Compete às comissões permanentes, além de outras atribuições definidas neste Regimento:

I – discutir e votar projetos de lei que dispensarem, na forma deste Regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso deferido de um décimo dos membros da Casa;

II – convocar Secretário de Estado ou autoridades equivalentes, bem como dirigentes de entidades da administração descentralizada para prestarem, pessoalmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da convocação, informações sobre assunto previamente determinado, mediante requerimento, nos termos do § 1º do art. 175;

III – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

IV – receber petições, reclamações, representações de qualquer pessoa, contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI – apreciar programas, obras e planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e, sobre eles, emitir parecer;

VII – converter, se considerado necessário, em diligência qualquer proposição, para comprovação de requisitos legais ou juntada de documentos;

VIII – manifestar sobre a organização ou reorganização dos órgãos da Administração Direta ou Indireta relacionada aos seus respectivos campos temáticos ou áreas de atuação.

Art. 45. São os seguintes os campos temáticos, áreas de atuação e competências de cada Comissão Permanente:

XVI – Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana:

- a) tratar das políticas pertinentes à Habitação, Reforma Agrária e Urbana no âmbito do Estado de Goiás;
- b) promover estudos e levantamentos das áreas disponíveis ou próprias ao atendimento da demanda real, para a habitação urbana e assentamentos rurais, implementando a Reforma Agrária e Urbana;



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

- c) buscar o desenvolvimento planejado, harmônico, preservando o Meio Ambiente, para os municípios de Goiás, assim como, buscar a correção das anomalias já existentes;
- d) priorizar o atendimento aos moradores das áreas de risco, favelas e aos portadores de deficiências, propondo regularização da documentação das posses ou loteamentos organizados;
- e) fiscalizar e garantir a elaboração criteriosa da lista limpa de todos os beneficiários dos programas habitacionais e de assentamentos rurais organizados nos últimos governos;
- f) propor a desapropriação de área para fins sociais visando atender as necessidades urbanas e rurais, bem como a aquisição de lotes urbanizados para serem adquiridos por famílias carentes, com prioridade aos portadores de deficientes e favelados;
- g) garantir junto aos órgãos competentes orientação técnico-jurídica para os assentamentos urbanos e rurais em cada município;



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

RESUMO DE ATIVIDADES 2009 - 2015

Reuniões da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana

Estamos encaminhando a conclusão das atividades parlamentares deste ano, apresentando as ações que defendemos na Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana. Ao longo deste semestre estamos fazendo um balanço das diversas atividades que realizamos: reuniões ordinárias, extraordinárias, visitas, audiências públicas e solicitação de notas técnicas.

Reunião de Instalação – 07 de abril de 2009
Reunião Ordinária – 21 de maio de 2009
Audiência Pública – 21 de maio de 2009
Reunião Extraordinária -17 de agosto de 2009

Atividades da Comissão no 1º semestre

01/04/2009 – Reunião com famílias cadastradas no MLCP Praça Cívica
03/04/2009 – Reunião realizada com Agehab
17/04/2009 - Reunião com MLCP em Aparecida de Goiânia
04/05/2009 - Reunião com MLCP na Secretária de Habitação
06//05/2009 – Reunião na Prefeitura de Goiânia
25/05/2009 - Participou do Mutirão da região Noroeste
21/06/2009 - Audiência Pública **Minha Casa, Minha Vida**
Três (3) reuniões com Grupos de Trabalhos Técnicos nos dias 5/06, 08/06 e 16/06 /2009
26/06/2009 – Participou do lançamento da Pedra Fundamental do Centro Tecnológico da Sectec
29/06/2009 – Reunião com Superintendente do Incra



ATIVIDADES DA COMISSÃO - 2º SEMESTRE



➤ **Participação no Mutirão de Bairros Setor Morada do Sol - 05/08/09**

Foi anunciada a construção do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Morada do Sol e a ampliação da Escola Municipal Leonísia Naves de Almeida, (região Noroeste).



➤ **Visita do Presidente Lula - 13/08/09**

Solicitou ao Presidente da República mais investimento em moradias no Estado de Goiás. Parabenizou-o pelo Programa **Minha Casa, Minha Vida**. Contudo, deixou clara a necessidade de se investir mais em moradias populares em todo o Estado.



➤ **Audiência Pública em Baliza para socorrer assentamentos rurais
– 14/08/09**



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

A Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana, realizou, no dia 14 de agosto deste ano, uma audiência pública no Assentamento Oziel Alves Pereira, em Baliza, divisa com o Mato Grosso, com mais de 700 famílias, distribuídas em diversos assentamentos rurais. Essas famílias não dispõem de água potável nem água para a produção. Muitas ainda não foram atendidas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A audiência pública teve como objetivo verificar *in loco* a situação dessas famílias a fim de discutir alternativas para esses trabalhadores.

➤ **Aprovado projeto que institui o Dia da Reforma Agrária - 11/08/09**

O projeto de lei nº1504/09, que institui o Dia Estadual da Reforma Agrária e Urbana, de autoria da deputada Isaura Lemos, foi aprovado, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Em 17 de abril de 1996, 20 integrantes do Movimento Sem Terra (MST) foram assassinados quando realizavam um protesto para reivindicar providências do governo federal, no sentido de implantar assentamentos agrários no município de Curionópolis (PA). “Ao propor que o dia 17 de abril seja instituído como *Dia Estadual da Reforma Agrária e Urbana*, objetiva-se fazer da homenagem da população goiana a estes trabalhadores, um momento de reflexão sobre os desafios e possibilidades da reforma agrária e da reforma urbana em nosso país”, explica a deputada.



➤ **Esclarecimento sobre o Movimento pela Casa Própria - 21/08/09**

Durante a solenidade de entrega de casas populares e documentos de regularização fundiária na Praça Cívica, em 21 de agosto de 2009, a deputada Isaura Lemos entregou folheto aos presentes esclarecendo sobre o Movimento de Luta pela Casa Própria (MLCP), que fundou em outubro de 1991. “Depois do MLCP, surgiram diversos movimentos parecidos. Nenhum tem o caráter e a filosofia do MLCP, que não cobra dinheiro, mas pede luta e união”, ressaltou a parlamentar.



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

Isaura Lemos frisa que o Movimento já conseguiu moradia para mais de 20 mil famílias, o que contribuiu para o surgimento de bairros como os da Vitória, Floresta, Boa Vista, São Carlos, São Domingos e Primavera. “Depois, surgiram o Madre Germana I e II, Vila Isaura e foram conquistados 3 mil cheques construção e reforma”, salientou a deputada. Acrescentou, ainda: “Essa vitória se deve à união do povo e a algumas autoridades, aos exemplos de Iris Rezende e Maguito Vilela”.

➤ Participa da inauguração de escola no Residencial Eli Forte - 31/08/09

A deputada Isaura Lemos participou da inauguração da Escola Municipal João Alves de Queiroz, localizada no Residencial Eli Forte, região Sudoeste de Goiânia.

➤ Reunião com superintendente do Incra - 16/09/09

Presidente da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa teve reunião com o superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Goiás, Rogério Papalardo Arantes, na sede da entidade.

A Presidenta solicitou apoio do Incra para a realização de um mutirão no assentamento a fim de regularizar os documentos. A legalização das terras é necessária para os assentados obterem a liberação de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A sugestão do mutirão foi dada por Isaura Lemos durante a audiência realizada no dia 14 de agosto de 2009, no Assentamento Oziel Pereira, em Baliza. A data para a realização do mutirão ainda será previamente agendada.



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA



➤ **Audiência Pública sobre césio-137 - 14/09/09.**

Audiência pública sobre o tema “*Césio-137: política permanente sobre as vítimas do acidente*”.

Ocasão dos 22 anos do acidente com o Césio em Goiânia e dos 64 anos do lançamento das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki. Estiveram presentes as seguintes autoridades: o coordenador do Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro-Oeste (CRCN-GO/CNEN), Leonardo Bastos Lage; o professor Júlio Nascimento, coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa do Acidente com o césio-137 da Universidade Católica de Goiás (NIPAC-UCG); professor Luiz Antônio Lobo, diretor do Departamento de Ciências Jurídicas da UCG; professora Elisabeth Bicalho, diretora do Departamento de História, Geografia e Relações Internacionais da UCG; Odesson Alves Ferreira, presidente da Associação das Vítimas Cíveis do Acidente com césio; sargento Santos Francisco de Almeida, presidente da Associação das Vítimas Militares; Takashi Morita, presidente da Associação das Vítimas da Bomba Atômica; Marco Túlio de Oliveira e Silva, procurador-geral da República em Goiás; e Nilo D`Ávila, representante do Greenpeace.



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

- **Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana realiza audiência extraordinária.**

A Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, presidida pela deputada Isaura Lemos, realiza reunião.



- **Audiência com Dr. Anderson Máximo de Holanda, procurador-geral do Estado - 23/09/09**

A deputada Isaura Lemos, presidente da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana, se reuniu com o procurador-geral do Estado, Dr. Anderson Máximo de Holanda, para tratar da escrituração dos imóveis pertencentes aos moradores das chácaras do Conjunto Vera Cruz.



➤ **MVTC pede apoio da deputada Isaura Lemos - 24/09/09**

O coordenador nacional do MVTC solicitou para a presidenta da Comissão de Habitação e Reforma Agrária a agilidade do Inbra na regularização das famílias nas áreas de ARAGUAPAZ, Nova Crixás, Uirapuru, Silvania (fazendas Fortaleza, Alegria do Rio dos Bois e Colorado I e II), Bonópolis (Lago Azul), Porangatu (Senhora Aparecida) e Trindade (Fazenda Santa Maria), entre outras reivindicações.

Em seguida, a presidenta se comprometeu a gerar uma reunião com a Superintendência do Inbra, que ficou marcada previamente para o dia 28 de setembro deste ano.



➤ **Audiência com Maguito Vilela, prefeito de Aparecida de Goiânia - 06/10/09**

Presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana esteve com o prefeito de Aparecida de Goiânia, Maguito Vilela, para discutir a viabilização de áreas para o programa *Minha Casa, Minha Vida*.

➤ **Audiência com Jorcelino Braga - 07/10/09**

A deputada Isaura Lemos teve audiência com o secretário da Fazenda, Jorcelino Braga, para cobrar agilidade na liberação dos recursos que atendem as emendas do Orçamento por ela apresentadas em 2008 para o exercício de 2009, correspondentes ao programa Cheque-Reforma.



➤ **Audiências públicas debatem questão quilombola - dias 24 e 25/10/09**

A primeira audiência, no dia 24 de outubro, no povoado de **Porto Leocarde**, envolveu uma comunidade composta de sete famílias que já conta com certificação da Fundação Palmares. A segunda audiência, no dia 25 de outubro, aconteceu no povoado de Lavrinhas, com a participação dos grupos remanescentes de quilombos de Bucaina e Zagaia, além de quilombolas do



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

próprio povoado. Os dois povoados ficam a 20 quilômetros da área central de São Luís. Nos dois dias, o Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado, que encaminhou a solicitação das audiências por intermédio da deputada Isaura Lemos, desenvolveu a programação do projeto Aruanda, com debates e oficinas que colocam em foco o fortalecimento da identidade étnica e questões da violência contra a mulher e, particularmente, contra a mulher quilombola.

As audiências foram solicitadas à Comissão pelo Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado, entidade ligada à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Além de Isaura Lemos, participaram os deputados Júlio da Retífica e Helio de Sousa. A deputada se comprometeu ainda a enviar requerimentos para a Secretaria Estadual da Saúde, buscando apoio para realização de cirurgias de catarata para os quilombolas; e para a Secretaria Estadual da Educação, solicitando laboratórios de informática para as escolas do município.



Porto Leocarde - Representante do Fórum Nacional de Mulheres Negras, Marta Cezária, pediu que Isaura Lemos pressione o Inbra a ajudar mais as comunidades quilombolas no Estado. Representante do Grupo de Mulheres Negras, Dailir Rodrigues, ressaltou que “há 10 anos, os negros tinham vergonha de assumir sua raça”, e hoje, “as pessoas têm orgulho em dizer que são negras”. Segundo ela, “esse processo se deu graças a eficientes políticas públicas”. Dailir ainda comemorou a participação do Poder Público municipal e estadual no evento.



lavrinhas

A segunda audiência pública, realizada na Escola Municipal de Lavrinhas de São Sebastião, no povoado de Lavrinhas, foi presidida pelo deputado Helio de Sousa (DEM) e, como no dia anterior, contou com a participação das autoridades e comunidades locais. Além disso, houve a presença do vereador Domingos, de Santa Rita do Novo Destino, e da secretária de Promoção da Igualdade Racial do município, Naílde Rodrigues Borges.





➤ **Deputada se reúne com Secretário de Agricultura - 22/10/09**

Presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana, se reuniram com o Secretário de Agricultura e presidente da Emater, Leonardo Veloso, na sede da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Goiás, no Setor Leste Universitário. A prefeita de Damianópolis, Andréa Lins de Pollo; o presidente da Associação dos Pequenos Produtores (Aster), Marcos Dias; e Pedro Santos, assessor da deputada, também participaram do encontro. Por conta do 4º Empório da Música, que será realizado em Goiânia, de 25 a 28 de novembro, o Secretário Leonardo Vilela irá subsidiar a hospedagem e a alimentação dos participantes, que virão de diferentes regiões do País. Eles ficarão hospedados no Centro de Treinamento da Emater, localizado no Campus II da Universidade Federal de Goiás (UFG).



➤ **Requerimento para criar a Casa do Quilombola em Goiânia - 12/11/09**

A deputada Isaura Lemos, presidenta da Comissão e Habitação, Reforma Agrária e Urbana, apresentou requerimento que solicita ao governador Alcides Rodrigues estudos de viabilidade para instalação da Casa do Quilombola em Goiânia. A unidade visa atender toda a comunidade quilombola existente em diversas cidades do interior do Estado.





Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

➤ Isaura Lemos informa sobre liberação de recursos para assentamentos em Baliza - 13/11/09

Presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, a deputada Isaura Lemos comemorou os benefícios conquistados para os assentados que vivem no município de Baliza, divisa com o Estado do Mato Grosso. Graças à audiência pública promovida pela deputada na Região, o Incra visitou as famílias, atendendo as reivindicações locais. Além disso, o Banco do Brasil liberou recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para vários assentados e cadastrou 153 famílias para receberem os recursos.

➤ Resumo da Audiência em Baliza:

No evento, os assentados destacaram as dificuldades de obterem as verbas do Pronaf. O gerente do Banco do Brasil participou da audiência, e agora, 153 famílias já estão cadastradas, para receber o benefício. Isaura Lemos requereu várias medidas para os assentados de Baliza, que ainda aguardam deliberação.

Mais de 300 pessoas, integrantes dos cinco assentamentos existentes em Baliza, participaram da audiência. Estiveram presentes, a deputada Cilene Guimarães ;o ouvidor agrário do Incra de Goiás, Edmo Raimundo de Sousa Lima; o representante da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Antônio Jorge de Andrade; o gerente da agência do Banco do Brasil de Torixoréu (MT), Carlos Alberto Vilela; o prefeito de Baliza, Divino Maia, além de representantes da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Goiás (Fetaeg), vereadores, secretários e outras lideranças municipais.'

➤ 153 famílias rurais de Baliza são visitadas pelo INCRA - 13/11/09

Ao todo, 153 famílias dos assentamentos do município de Baliza estão sendo visitadas por equipes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para que sejam beneficiadas pelas verbas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Esta é uma das ações resultantes da audiência pública realizada, no dia 14 de agosto, em Baliza, pela presidente da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana, deputada Isaura Lemos.

O objetivo da audiência pública, que contou com a participação de mais de 800 trabalhadores, foi o de verificar *in loco* a situação de mais de 700 famílias distribuídas nos diversos assentamentos rurais em Baliza que não dispõem de água potável nem água para a produção. Até então, muitas também não haviam sido atendidas pelo Pronaf.



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

➤ Amizade mútua

A relação da deputada estadual Isaura Lemos com o município de Baliza é de amizade mútua. Defensora dos movimentos sociais que lutam por um pedaço de terra, Isaura Lemos luta incansavelmente para melhorar as condições de vida dos assentados e da população da cidade. A presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana já requereu várias medidas para os assentados de Baliza, que resultaram em melhorias, como a reforma da estrada que leva ao Assentamento Oziel Alves Pereira e a construção de uma escola na região.



➤ Isaura Lemos promove audiência pelo Dia Internacional de Não Violência contra a Mulher

A deputada promoveu, no dia 25 de novembro deste ano, audiência pública por ocasião do *.O Dia Internacional de Não Violência Contra a Mulher*, celebrado em 25 de novembro. A data foi escolhida para lembrar as irmãs Mirabal (Pátria, Minerva e Maria Teresa), assassinadas pela ditadura de Leônidas Trujillo, na República Dominicana.

A violência vivida por mulheres: - Um em cada 5 dias de falta ao trabalho no mundo é causado pela violência sofrida pelas mulheres dentro de suas casas.



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA



➤ **Isaura fala sobre medidas anunciadas pelo Governador em favor de quilombolas (Sessão Especial em Comemoração a Consciência Negra)**

Aconteceu no dia 20 de novembro, sessão especial em comemoração ao Dia Nacional da Consciência Negra por iniciativa do deputado Marlúcio Pereira. A deputada Isaura Lemos, que presidiu a sessão, parabenizou o deputado Marlúcio Pereira pela iniciativa. A deputada também informou que o governador Alcides Rodrigues anunciou, nesta mesma data, medidas para melhoria da qualidade de vida dos quilombolas, como o acesso ao crédito para reforma de moradias. No evento, o Grupo Afro Banda Visual Ilê faz uma breve apresentação musical no Plenário Getulino Artiga.

➤ **Isaura Lemos entrevistada na TBC**

A deputada estadual Isaura Lemos, presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana, foi entrevistada no dia 24 de novembro deste ano, no Programa da Televisão Brasil Central (TBC). Isaura Lemos falou sobre a questão das comunidades quilombolas do Estado de Goiás.

A deputada promoveu, nos dias 24 e 25 de outubro deste ano, duas audiências públicas que discutiram a regularização fundiária das comunidades quilombolas de São Luiz do Norte, município a 232 quilômetros de Goiânia, localizado na região Norte do Estado. As audiências foram solicitadas à Comissão pelo Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado, entidade



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

ligada à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Além de Isaura Lemos, participaram os deputados Júlio da Retífica e Helio de Sousa. Levantamentos do Incra apontam que, em todo o Estado de Goiás, existem 58 comunidades quilombolas distribuídas em 28 municípios.

Em todos, inexistente a titulação coletiva da terra que ocupam, impedindo o acesso a programas de Governo criados para beneficiar essa população, como linhas de créditos, assistência à saúde, programas de cultura e geração de trabalho e renda, além do fortalecimento da identidade étnica.

➤ Projeto declara de utilidade pública entidade de mulheres negras

A deputada Isaura apresentou projeto na Assembleia Legislativa que declara de utilidade pública o Grupo de Mulheres Negras Dandara do Cerrado. A proposta tramita nas Comissões da Casa.

Com sede em Goiânia, o Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado atua desde 2002, em prol do resgate histórico da população negra, na promoção da igualdade racial e na consolidação dos direitos civis e cidadania, em especial, para as mulheres.

Isaura Lemos justifica a proposta, enfatizando as atividades desenvolvidas pela entidade no combate à violência contra as mulheres e ao preconceito racial e de gênero. Além disso, a deputada destaca as ações efetuadas no apoio às comunidades quilombolas.

➤ Comunidades quilombolas – regularização fundiária como política de reparação

Artigo da deputada Isaura Lemos publicado no jornal Diário da Manhã, edição de 26.11.2009:

“A Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, da qual sou presidenta, promoveu, nos dias 24 e 25 de outubro, duas audiências públicas que discutiram a regularização fundiária das comunidades quilombolas de São Luiz do Norte, município localizado a 232 quilômetros de Goiânia, na região Norte do Estado. As audiências foram solicitadas à Comissão pelo Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado, entidade ligada à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

A primeira audiência pública ocorreu no sábado, 24, no povoado de Porto Leocádio, onde a comunidade conta com certificação da Fundação Palmares, entretanto, ainda não possui as terras regularizadas. A comunidade é composta por nove famílias, sendo aproximadamente 65 pessoas, em um território de 66 hectares. A segunda audiência pública ocorreu no domingo, 25,



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

na Escola Municipal de Lavrinhas de São Sebastião, no povoado de Lavrinhas, com a participação dos grupos remanescentes dos quilombos de Bucaina e Zagaia, além dos quilombolas do próprio povoado. O local fica a 25 quilômetros da cidade de São Luiz do Norte. Em Lavrinhas, há cerca de 110 famílias quilombolas, porém, a comunidade ainda não possui a certificação da Fundação Palmares. Atualmente, a falta de títulos de propriedade está impedindo, na comunidade de Bucaina, o recebimento de aproximadamente R\$ 12 mil referentes à indenização pelo fato de a Ferrovia Norte-Sul cortar 13 propriedades de famílias quilombolas na região.

Os quilombos representam uma das maiores expressões de luta organizada no Brasil, em resistência ao sistema colonial-escravista. Atuaram sobre questões estruturais, em diferentes momentos histórico-culturais do país, sob a inspiração, liderança e orientação político-ideológica de africanos escravizados e de seus descendentes de africanos nascidos no Brasil. Continuam sendo sociedades livres, igualitárias, justas/soberanas em busca de felicidade. Na Constituição de 1988, a questão quilombola foi inserida nas políticas públicas oficiais. O artigo 68 diz: **“Aos remanescentes das comunidades quilombolas que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”**

É preciso urgentemente que o Estado insira a questão dos quilombolas como um projeto de políticas públicas eficientes. Acredito que só assim vamos conseguir reparar essa grave injustiça. Garantir o registro definitivo das terras e oferecer os meios necessários de geração de emprego e renda às famílias de quilombolas é o mínimo que o Estado pode fazer. “

➤ **Deputada participa da entrega do Cheque-Reforma na Câmara Municipal - 28/11/09**

O Movimento de Luta pela Casa Própria (MLCP) entregou o benefício do Cheque-Reforma para 150 famílias cadastradas. A cerimônia de entrega, realizada no Auditório Carlos Eurico, na Câmara Municipal de Goiânia, contou com a presença do presidente do MLCP, ex-vereador Euler Ivo, da deputada estadual Isaura Lemos, da vereadora Tatiana Lemos, da presidente da Agência Goiana de Habitação (Agehab), Silmara Vieira, dentre outras lideranças.



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA



➤ **Aprovado requerimento que cria Casa do Quilombola em Goiânia - 02/12/09**

O plenário aprovou em sessão o requerimento apresentado pela deputada Isaura Lemos, presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana, que solicita ao governador Alcides Rodrigues a instalação da Casa do Quilombola em Goiânia. A unidade visa atender toda a comunidade quilombola existente em diversas cidades do interior do Estado. Levantamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) apontam que, em todo o Estado de Goiás, existem 58 comunidades dessa natureza, distribuídas em 28 municípios.

O requerimento, apresentado no dia 12 de novembro, é uma das ações executadas pela deputada, que promoveu, nos dias 24 e 25 de outubro, duas audiências públicas nas comunidades quilombolas de São Luiz do Norte, município localizado na região Norte do Estado. As audiências foram solicitadas à Comissão pelo Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado - entidade ligada à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (Semira).



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA



➤ **Isaura Lemos participa de inauguração de 199 casas em Aparecida de Goiânia - 05/12/09**

A deputada Isaura Lemos participou da inauguração das 199 casas no Jardim Ipê, em Aparecida de Goiânia. O vigilante Eli dos Santos Oliveira Cruz, morador do Parque Real, em Aparecida de Goiânia, e a funcionária da Saneago, Abilene Bruno, residente no Setor Universitário, Goiânia, foram os dois primeiros beneficiários das casas inauguradas e receberam as chaves de suas residências próprias.

O conjunto habitacional, destinado às famílias de baixa renda, foi entregue pelo vice-prefeito de Aparecida de Goiânia, Tanner de Melo, que representou o prefeito Maguito Vilela, e pelo presidente do Instituto de Defesa do Consumidor (IDC), Sílvio Suzaki.



RELATÓRIO 2010.

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA.

ATIVIDADES DE 2010

21/02/2010

- Isaura Lemos apresenta projeto que altera lei de regularização fundiária
A deputada Isaura Lemos, presidente da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana, apresentou projeto de lei para alteração da Lei nº 16.269, de 24 de maio de 2008, que dispõe sobre a regularização fundiária de imóveis urbanos do domínio do Estado de Goiás, conforme estudos e propostas apresentados pela Comissão.

23/02/2010

- Aeroporto

Audiência Pública com o procurador do Ministério Público Federal, Rafael Perissé, o Tribunal de Contas da União (TCU) Paulo Henrique Nogueira, e o superintendente da Infraero em Goiás, Jucélio Alves no dia 04 de março, para esclarecer a paralisação das obras do Aeroporto Santa Genoveva de Goiânia.

- Audiência Pública sobre o Transporte Coletivo na Região Metropolitana de Goiânia dia 03 de março para discutir os problemas, balanço e perspectivas do Transporte Coletivo.

- Audiência Pública dia 24/03/2010 com o procurador do Ministério Público Federal, Rafael Perissé, O procurador Rafael Perissé.

- Reunião com o Superintendente do INCRA Rogério Papalardo Arantes dia 15/03/2010. para cobrar solução para os problemas do assentamentos rurais da região de Baliza. Houve um acordo que o INCRA irá viabilizar a abertura de eixos (estradas); IBAMA; para liberação e licenças ambientais para abertura de poços artesianos. Segundo Dr Rogério Papalardo Arantes que garante a liberação dos créditos de habitação e o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar

- Dia 20 de março, reunião em professor Jamil e Mairipotaba, que discutiu sobre a moradia.



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

- Audiência Pública 05 de abril com o debate sobre o Relatório da ONU. O relatório apontou Goiânia como uma das 4 cidades mais desiguais do país.
- 27 de abril Audiência Pública como o tema “Discutir Descredenciamento de cirurgiões do SUS, para cirurgias cardíacas.
- Dandara do Cerrado : projeto de Lei de Utilidade Publica. (Grupo de Mulheres Negras Dandara do Cerrado).
- A deputada Isaura Lemos ,presidente da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa em parceria com a Presidência da casa O Presidente Deputado Helder Valin, informa que os servidores do Legislativo também foram incluídos no Programa Habitacional do Servidor Público Estadual (PAHSPE), uma parceria entre a Agência Goiana de Habitação (Agehab), Governo Federal e empresário da construção civil.

26/05/2010 - 17h22

Isaura Lemos e Tatiana Lemos visitam oficina do agasalho em Crixás

A deputada Isaura Lemos ,presidente da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa de Goiás, e a vereadora Tatiana Lemos, líder do PDT na Câmara Municipal de Goiânia, visitaram a oficina do agasalho, em Crixás, realizada pela Secretaria da Promoção Social do município, em parceria com o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), do Governo Federal.

As colchas de retalhos são produzidas por voluntários e doadas para as famílias carentes durante a Campanha do Agasalho de Crixás. Este ano, mil famílias serão beneficiadas com as colchas. Em 2009, segundo a secretária da Promoção Social, Vera Lúcia Ribeiro Araújo de Brito, 500 famílias foram contempladas.

“Fiquei impressionada com o trabalho daquelas pessoas. São colchas muito bem feitas, que certamente aquecerão os lares de centenas de famílias que não têm condições de comprar nenhum agasalho para se proteger do frio”, comentou a deputada Isaura Lemos. “Trabalho como esse merece reconhecimento. Afinal, são voluntários que doam seu tempo para ajudar os mais necessitados”, completou a vereadora Tatiana Lemos.

A Secretaria da Promoção Social de Crixás, em parceria com a primeira-dama do município, Camila Arantes, também doa roupas a recém-nascidos e lençóis para doentes acamados que são acompanhados pela Secretaria. A Prefeitura ainda doa à comunidade retalhos para a confecção de tapetes e colchas.



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

Além da oficina que produz as colchas, a Promoção Social também oferece cursos de qualificação profissional, como Pintura, Bordado, Cabeleireiro, Manicure, Pedicure, Informática, Música, entre outros. Ao todo, são 20 cursos profissionalizantes.

Isaura Lemos participa de reunião com servidores em Crixás em 19/05/2010
A deputada Isaura Lemos, presidente da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, e a vereadora Tatiana Lemos, líder pedetista na Câmara Municipal de Goiânia, participaram da confraternização de servidores públicos no município de Crixás, no último final de semana.

A confraternização contou com a presença do prefeito da cidade, Olímpio César, e de diversos secretários municipais. “Crixás é uma cidade bastante avançada. Possui inúmeras obras realizadas pelo prefeito, que conta com o grande reconhecimento da população devido à sua seriedade e competência”, elogia a deputada. Na ocasião, 50 famílias do município receberam, por meio do Movimento de Luta pela Casa Própria (MLCP), o benefício do Cheque-Reforma.

Outras 300 famílias foram beneficiadas com o financiamento para aquisição de lotes, onde poderão construir suas casas. As parlamentares também estiveram no município de Ipiranga. A deputada Isaura Lemos e a vereadora Tatiana Lemos se reuniram com mais de 50 famílias, que reivindicaram programas de moradias para a cidade.

Já na última sexta-feira, 14, Isaura Lemos e Tatiana Lemos estiveram no Centro Esportivo do Jardim Alphaville, em Goiânia, para se reunir com as famílias daquela comunidade. As pessoas que participaram da reunião tiveram a oportunidade de se inteirar sobre o programa habitacional do governo federal, Minha Casa, Minha Vida, e de reivindicar melhorias para a região.

Trabalho escravo em Goiás preocupa deputada Isaura Lemos

A deputada Isaura Lemos, apresentou requerimento comunicando ao governador Alcides Rodrigues a constatação de utilização de mão de obra análoga à escravidão em Goiás, conforme fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Goiás.

Embora haja diminuição nessa prática abominável de trabalho, os números ainda são assustadores. De acordo com dados da Superintendência, somente em 2010, de janeiro ao dia 11 deste mês, foram lavrados 255 autos, com o resgate de 233 trabalhadores.

Na avaliação da deputada, apesar de o documento ser incontestável, o Estado deve, ao contratar, atentar-se para que não ocorra problema como aquele das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Caçu e Itarumã, quando se constatou a utilização de mão de obra escrava pela empresa



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

Votorantim. Na ocasião, foram resgatados 98 trabalhadores em regime de escravidão.

A Lei nº 16.920, de 10 de fevereiro de 2010, que rege supletivamente a Lei Federal de Licitações (nº 8.666/93), no artigo 177, prevê formas de descumprimento do contrato, como a proibição de trabalho noturno, perigoso e insalubre a menores de 18 anos. Contudo, silencia sobre a questão do trabalho escravo em todas as suas formas.

“A prática que era restrita a fazendas distantes e de difícil acesso, hoje está presente nas cidades e nos trabalhos de obras de infraestrutura, como esse do PAC. A figura do ‘gato’ ou aliciador ainda persiste em arrebanhar incautos para quaisquer trabalhos com falsas promessas de ganhos, resultando em condição de vida insalubre”, afirma a deputada.

Famílias do MLCP são recebidas por prefeito de Goiânia

A deputada Isaura Lemos a vereadora Tatiana Lemos e o ex-vereador e presidente do Movimento de Luta Pela Casa Própria (MLCP), Euler Ivo, se reuniram na manhã desta quarta-feira, 19/05/10, no Paço Municipal, com as famílias cadastradas no MLCP. O objetivo da visita foi o de cobrar do prefeito de Goiânia, Paulo Garcia, a doação de casas populares para as famílias do Movimento, como foi prometido pelo ex-prefeito Iris Rezende. O prefeito Paulo Garcia reafirmou o compromisso feito por seu antecessor e disse que analisará todos os pedidos. Na próxima terça-feira, 25, Isaura Lemos e Tatiana Lemos atenderão as famílias do MLCP no gabinete da vereadora, na Câmara Municipal de Goiânia.

Isaura Lemos prestigia inauguração da Delegacia Regional de Aparecida

A deputada Isaura Lemos participou na manhã desta terça-feira, 18/05/10, da inauguração da 2ª Delegacia Regional de Aparecida de Goiânia. O prefeito Maguito Vilela foi homenageado pela Polícia Civil de Goiás com uma placa comemorativa da instituição pelo apoio da Prefeitura à construção do novo complexo de delegacias. A placa que simboliza a homenagem foi entregue pelo delegado Regional de Aparecida de Goiânia, Álvaro Cássio, que destacou a importância da unidade para o município da região metropolitana circunvizinhas à Aparecida. “É uma conquista para a população de Aparecida de Goiânia, que terá a oportunidade de ser atendida com agilidade e eficiência”, destaca a deputada. O prédio inaugurado, ao lado do Fórum de Aparecida, abrigará além da Regional, a Delegacia de Apuração de Atos Infracionais (Depai), a Delegacia de Proteção da Criança e Adolescentes (DPCA), Grupo Especial de Repressão a Narcóticos (Genarc), Grupo de Capturas e o Serviço de Inteligência da Regional. No complexo, vão trabalhar mais de 40 profissionais em expediente normal. A obra é resultado da parceria das três esferas de governo e a sociedade, que se mobilizou em eventos beneficentes com vistas a arrecadação de fundos para a viabilizar a construção. Foram investidos cerca de R\$ 1,5 milhão. O governador Alcides Rodrigues (PP) foi representado na solenidade de inauguração da delegacia pelo vice-governador Ademir Menezes. Também marcaram presença o vice-prefeito de Aparecida, Tanner



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

de Melo; o secretário de Segurança Pública de Goiás, Sérgio Augusto de Oliveira; o delegado-geral da Polícia Civil de Goiás, Arédio Correia; vereadores, delegados de polícia, secretários municipais e autoridades do poder judiciário de Aparecida.

13/05/2010 - 15h20

"Relatório da ONU sobre Goiânia precisa ser mais claro", diz Isaura Lemos em 13/05/10.

Em discurso no Pequeno Expediente, a deputada Isaura Lemos (PDT) disse que o relatório da ONU que aponta Goiânia como uma das cidades mais desiguais do mundo precisa ser mais claro.

Isaura, que promoveu uma audiência pública sobre o tema, afirmou que o relatório deixou os goianienses preocupados e contrariados com resultado apresentado pela ONU. "É preciso que se esclareçam os critérios, para então entendermos o que somos e tomarmos medidas para diminuir a desigualdade", disse.

"A representante da ONU Habitat para América Latina e Caribe, Cecília Martinez, disse que vai atualizar os dados sobre o assunto, já que nos últimos cinco anos houve mudanças importantes na cidade e nada disso foi levado em conta", finalizou.

Desigualdade

Isaura Lemos promoverá audiência sobre relatório da ONU que indica Goiânia como uma das cidades mais desiguais do País.

A deputada Isaura Lemos promoverá audiência pública para discutir o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) apresentado no dia 22 de fevereiro deste ano, no Rio de Janeiro, por ocasião do Fórum Mundial de Habitação. O relatório aponta Goiânia como uma das quatro cidades mais desiguais do País.

A audiência pública será realizada nesta quinta-feira, 13, a partir das 9h00, no Auditório Solon Amaral da Assembleia Legislativa. Cecília Martinez, representante da ONU Habitat para América Latina e Caribe (instituição responsável pelo relatório), vem a Goiânia falar sobre o documento.

Para debater os pontos divergentes do relatório, também foram convidados o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Márcio Pochmann; o ministro das Cidades, Márcio Fortes; e o secretário de Estado das Cidades, Paulo Gonçalves de Castro.

Foram convidados, ainda, o prefeito de Goiânia, Paulo Garcia; o reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG), professor Edward Madureira; o reitor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), professor Wolmir Amado; o reitor da Universidade Estadual de Goiás (UEG), professor Luiz Antonio Arantes; o professor do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da UFG, João Batista de Deus; o presidente da Goiás Turismo, Durval Fernandes Mota; o presidente do Goiânia Convention and Visitors Bureau; Nazir El Haje Neto, entre outras autoridades.



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

Segundo o relatório, Goiânia lidera grupo de cinco capitais brasileiras (Brasília, Fortaleza, Curitiba e Rio de Janeiro) mais desiguais do mundo, ao lado de cidades da África e da Colômbia.

Ranking da desigualdade entre cidades brasileiras

Escala de 0 a 1

Brasília - 0,60

Belo Horizonte - 0,61

Fortaleza - 0,61

Goiânia - 0,65

Fonte: ONU

O índice é baseado numa escala que vai de 0 a 1. Quanto mais perto de 1, maior a distância entre ricos e pobres.

Ranking da desigualdade entre países

Escala de 0 a 1

Brasil - 0,58

Namíbia - 0,63

África do Sul - 0,76

foto

Dandara do Cerrado será entidade de utilidade pública ,em 02/06/10

Projeto de lei de autoria da deputada Isaura Lemos, que declara de utilidade pública o Grupo de Mulheres Negras Dandara do Cerrado, foi aprovado em primeira votação. A segunda e última votação deve acontecer na próxima semana.

A entidade trabalha desde 2002 em prol do resgate histórico da população negra, em especial da mulher, na promoção da igualdade racial e na consolidação dos direitos civis e cidadania. Tem a preocupação de colaborar com a construção de uma sociedade mais igualitária, por meio de ações educativas em gênero, raça/etnia, geração de trabalho e renda, direitos humanos e saúde reprodutiva.

O Dandara do Cerrado desenvolve também atividades que envolvem o combate à violência contra a mulher, a discriminação racial e de gênero. Em razão da grande credibilidade do grupo, foi possível estabelecer parcerias com entidades governamentais e não-governamentais para levar adiante uma série de projetos e programas em ação continuada, inclusive no apoio aos quilombolas existentes no Estado.

Dandara remete-se a uma mulher negra, líder do quilombo dos Palmares, que mais tarde foi liderado por Zumbi. Em homenagem a essa grande representação negra, o grupo quer perpetuar seu nome. A sede do Grupo de



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

Mulheres Negras Dandara do Cerrado está localizada na Rua C-176 nº 717, qd.424, It.21, no Jardim América.

Isaura Lemos e Tatiana Lemos em Águas Lindas

A deputada Isaura Lemos e a vereadora Tatiana Lemos, participaram no último domingo, 30/05/2010, de uma assembleia com mais de 500 famílias cadastradas no Movimento de Luta pela Casa Própria (MLCP) em Águas Lindas.

A entidade de utilidade pública, que conta com o apoio da deputada e da vereadora, atende 100 famílias do município com o Cheque-Reforma e outras 300 com o programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Lula.

Já na sexta-feira passada, 28, Isaura Lemos foi até a Caixa Econômica Federal para se inteirar sobre a modalidade de construção e reforma na qual famílias que possuem lotes e recebem até três salários mínimos podem solicitar um crédito de R\$ 15 mil. O montante pode ser pago em 72 vezes de R\$ 100.

Isaura Lemos ouve reivindicações das famílias do Setor Lírios do Campo

A deputada Isaura Lemos, presidente da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, se reuniu na noite de ontem, 31/05/2010, com os moradores do Setor Lírios do Campo, loteamento da região Noroeste de Goiânia.

O bairro foi fundado pelo Movimento de Luta pela Casa Própria (MLCP), entidade de utilidade pública apoiada pela deputada Isaura e pela vereadora Tatiana Lemos.

As famílias ouvidas pela deputada reivindicaram a urbanização das praças no entorno do loteamento, a construção de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) e de uma escola de ensino médio para a região. Os moradores também querem ser contemplados com o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (ReLuz), coordenado pela Ministério de Minas e Energia, desenvolvido pela Eletrobras, em parceria com os municípios.

O Programa ReLuz prevê investimentos de R\$ 2 bilhões por parte da Eletrobras, para tornar eficientes 5 milhões de pontos de iluminação pública e instalar mais 1 milhão no País. Proporciona a melhoria das condições para o comércio e o lazer noturnos, geração de novos empregos, aumento da qualidade de vida da população urbana, redução da demanda do sistema elétrico nacional, especialmente no horário de maior consumo, e contribui para o aumento da confiabilidade e da melhoria das condições de atendimento ao mercado consumidor de eletricidade.

Aprovado projeto de lei que declara Dandara do Cerrado entidade de utilidade pública 05/07/2010

Projeto de lei de autoria da deputada Isaura Lemos, que declara de utilidade pública o Grupo de Mulheres Negras Dandara do Cerrado, foi aprovado em



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

segunda e última votação. Agora, o projeto será encaminhado ao governador do Estado, Alcides Rodrigues, para a sanção. A entidade trabalha desde 2002 em prol do resgate histórico da população negra, em especial da mulher, na promoção da igualdade racial e na consolidação dos direitos civis e cidadania. Tem a preocupação de colaborar com a construção de uma sociedade mais igualitária, por meio de ações educativas em gênero, raça/etnia, geração de trabalho e renda, direitos humanos e saúde reprodutiva. O Dandara do Cerrado desenvolve também atividades que envolvem o combate à violência contra a mulher, a discriminação racial e de gênero. Em razão da grande credibilidade do grupo, foi possível estabelecer parcerias com entidades governamentais e não-governamentais para levar adiante uma série de projetos e programas em ação continuada, inclusive no apoio aos quilombolas existentes no Estado. Dandara remete-se a uma mulher negra, líder do quilombo dos Palmares, que mais tarde foi liderado por Zumbi. Em homenagem a essa grande representação negra, o grupo quer perpetuar seu nome. A sede do Grupo de Mulheres Negras Dandara do Cerrado está localizada na Rua C-176 nº 717, qd.424, It.21, no Jardim América.

Isaura Lemos quer comissão para acompanhar construção e reforma de obras públicas estaduais 03/08/2010

Presidente da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, a deputada Isaura Lemos apresentou projeto de lei que cria a comissão deliberativa para acompanhar a construção e reforma de obras públicas do Estado. A comissão tem como atribuições acompanhar, dar parecer, supervisionar e deliberar a execução das obras em construção ou em reforma realizadas desde o início pelo Estado. De acordo com o projeto de lei, deverá ser composta por representantes da Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop), Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado (TCE), Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento (Seplan) e Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de Goiás (CREA-GO). Isaura Lemos explica que, embora já exista o Conselho de Desenvolvimento do Estado com vários órgãos gestores, nenhum deles tem a função específica de analisar o andamento das obras. “A medida também quer estabelecer critérios mais objetivos para que as obras estaduais sejam melhor fiscalizadas, evitando assim denúncias de desvio de recursos, paralisação, gastos vultosos e outros problemas de gestão”, acrescenta a deputada, que acredita que a iniciativa resultará em economia e mais organização para o Estado.

Funcionários do Legislativo são atendidos pelo Programa Habitacional do Servidor Público com parceria da Presidência desta Casa ,26/07/2010

O balcão de atendimento do Programa de Atendimento Habitacional ao Servidor Público Estadual (PAHSPE), localizado no saguão da Assembleia Legislativa, está à disposição dos servidores do Legislativo desde o início deste mês. A procura pela casa própria tem sido expressiva. O PAHSPE é uma ação do Programa Moradia Digna em parceria com a Agência Goiana de Habitação (Agehab), o Governo Federal e os empresários da construção civil. Todo servidor público, efetivo ou não, pode ter acesso às facilidades na entrada e no parcelamento, mas a prioridade do atendimento é para aqueles que têm renda



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

familiar entre três e 10 salários mínimos, e que compõem o déficit habitacional. Foi a deputada Isaura Lemos, presidente da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, que intercedeu junto à Agehab para que os servidores da Casa também fossem incluídos no PAHSPE. Até então, o programa contemplava apenas os servidores do Executivo. Quatorze construtoras parceiras do projeto Moradia Digna expõem as unidades habitacionais disponíveis à comercialização. Os imóveis são apresentados por faixa de renda e contam com subsídios do Programa Minha Casa Minha Vida e Programa Moradia Digna, variando entre 2% e 20% a depender do perfil do servidor público e do empreendimento. A iniciativa de estender o convênio ao Legislativo também contou com o apoio do presidente da Assembleia Legislativa, Helder Valin.

Projeto de Isaura Lemos beneficia juventude rural goiana 31/08/2010

A deputada Isaura Lemos apresentou projeto de lei que cria programa de concessão de crédito para financiar atividades agropecuárias, agrosilvícolas, turismo rural, artesanato rural e aquicultura aos jovens residentes na área rural. O projeto procura fixar o jovem ao campo, mas em condições de que ele mesmo possa gerir seu negócio e se responsabilizar pelo empréstimo adquirido. Terão direito ao financiamento as pessoas que tenham entre 18 e 32 anos, com renda familiar de até três salários mínimos e que sejam filhos de assentados pelos programas nacional ou estadual de reforma agrária; trabalhadores rurais da agricultura familiar que tenham o trabalho familiar como base na exploração das atividades na propriedade rural; remanescentes de quilombolas; e do meio rural, que não disponham de título de propriedade e explorem a terra na condição de posseiros, meeiros, arrendatários, parceiros ou assalariados rurais. O limite para custeio (financiamento dos beneficiários enquadrados como jovens rurais e conforme o projeto específico de financiamento) será de R\$ 3 mil, com prazo de um ano e seis meses para a liquidação do financiamento, a partir da contratação. Para investimento (financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção de serviços na propriedade rural de acordo com os projetos de empreendimentos com interesses individuais ou coletivos), o limite será de R\$ 10 mil, com prazo de oito anos para pagar a dívida. Já para aquisição de terras, o limite será de até R\$ 25 mil, com prazo de 20 anos para o pagamento, incluídos quatro anos de carência a partir da contratação.

Deputada Isaura Lemos leva reivindicações a prefeito Paulo Garcia

A deputada Isaura Lemos, presidente da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana, a vereadora Tatiana Lemos e o presidente do Movimento de Luta pela Casa Própria (MLCP), ex-vereador Euler Ivo, estiveram na manhã de hoje, 4/11/2010, com o prefeito Paulo Garcia, no Paço Municipal, para levar diversas reivindicações dos moradores das regiões Noroeste e Sudoeste de Goiânia. Entre os pedidos apresentados ao prefeito, estão a construção de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) e de uma escola municipal de Ensino Fundamental, no Setor Madre Germana II (região Sudoeste); o ajardinamento das avenidas dos Bosques e dos Ipês, nos bairros Boa Vista e



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

Floresta (região Noroeste); a implantação de um posto de saúde no Bairro Boa Vista (região Noroeste); o prolongamento da Avenida Goiás Norte até o Jardim Primavera (região Noroeste), para que o trânsito na região flua melhor; e a construção de um Cepal com quadra poliesportiva, no Bairro Floresta (região Noroeste). Durante o encontro, o prefeito já autorizou o ajardinamento das avenidas do Bosques e dos Ipês. Quanto às outras reivindicações, o chefe do Executivo municipal irá analisá-las.

Deputada Isaura Lemos se reúne com acampamentos rurais nesta quarta. Nesta quarta-feira, 22/11/2010, a deputada estadual Isaura Lemos presidente da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana, viaja para as cidades de Paraúna, Itapuranga e Ipameri, acompanhando uma comitiva formada por representantes do Incra, da Secretaria de Segurança Pública, do Tribunal de Justiça e de lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Está confirmada a ida do desembargador Paulo Teles. A ação tem como finalidade a visita das comarcas e dos acampamentos, com o objetivo de buscar solução de áreas ocupadas nestes municípios, desde o dia 21 de novembro.

Participe! Audiência pública pelo Dia da Não Violência contra a Mulher. A deputada Isaura Lemos realiza, no próximo dia 25/11/2010, às 8h30, audiência pública por ocasião do Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, no auditório Sólon Amaral da Assembleia Legislativa (Alameda dos Buritis, n. 231, Centro, Goiânia/GO). A discussão contará com a presença de diversas mulheres que representam diferentes segmentos da sociedade. Representantes da Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial (SEMIRA), Centro de Valorização da Mulher (Cevam), Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher de Goiânia (DEAM), Centro Popular da Mulher (COPM), Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ), Movimento das Donas de Casa, Companhia Teatral Zumbi dos Palmares, Congada Irmãs 13 de Maio, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG), entre outras entidades, já confirmaram presença no evento. Luta O Dia Internacional de Não Violência Contra a Mulher, celebrado em 25 de novembro, foi definido no I Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em 1981, em Bogotá, Colômbia. A data foi escolhida para lembrar as irmãs Mirabal (Pátria, Minerva e Maria Teresa), assassinadas pela ditadura de Leônidas Trujillo na República Dominicana. Em 25 de novembro de 1991, foi iniciada a Campanha Mundial pelos Direitos Humanos das Mulheres, sob a coordenação do Centro de Liderança Global da Mulher, que propôs os 16 Dias de Ativismo em face da Violência contra as Mulheres, começando no dia 25 de novembro e encerrando no dia 10 de dezembro, data de aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Esse período foi escolhido para marcar a luta pela erradicação da violência contra as mulheres e garantia dos direitos humanos.

SAIBA MAIS O custo econômico da violência doméstica. Um em cada 5 dias de falta ao trabalho no mundo é causado pela violência sofrida pelas mulheres dentro de suas casas. A cada 5 anos, a mulher perde 1 ano de vida saudável



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

se ela sofre violência doméstica. O estupro e a violência doméstica são causas importantes de incapacidade e morte de mulheres em idade produtiva. Na América Latina e no Caribe, a violência doméstica atinge entre 25% a 50% das mulheres. Uma mulher que sofre violência doméstica geralmente ganha menos que aquela que não vive em situação de violência. Um estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento estimou que o custo total da violência doméstica oscila entre 1,6% e 2% do PIB (Produto Interno Bruto) de um país. A violência vivida por mulheres. A cada 15 segundos uma mulher é espancada no Brasil. 60% das vítimas de violência sexual são mulheres jovens. (Fonte: Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Organização Mundial de Saúde – OMS e Fundação Perseu Abramo)

Isaura Lemos encaminha reivindicações das mulheres ao procurador-geral de Justiça.

A deputada Isaura Lemos, levou ainda, na manhã desta terça-feira, 30/11/2010, ao procurador-geral de Justiça, Eduardo Abdon Moura, reivindicações de entidades de mulheres e de alguns órgãos públicos que tratam da questão da violência contra a mulher. Elas estiveram reunidas em audiência pública na Assembleia Legislativa, realizada no último dia 25, por ocasião do Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher. Entre as denúncias apresentadas durante o evento, estão: A Delegacia da Mulher de Aparecida de Goiânia dispõe de apenas cinco agentes para se deslocarem e cumprirem mandados, inclusive em zona rural; Na mesma delegacia, há falta de equipamentos, móveis e sede própria para seu funcionamento adequado. A deputada Isaura Lemos apresentou emenda ainda no ano de 2005 para o Orçamento geral de 2006, contemplando o valor de R\$ 200 mil a ser destinado à aquisição de imóvel exclusivo para essa finalidade. Porém, nota-se que a situação permanece a mesma apesar de a emenda ter sido aprovada. O Legislativo cumpriu mais uma vez o seu papel de ente fiscalizador; Negativa de médicos do setor de saúde municipal em procederem exames de corpo de delito em mulheres que sofreram violência, em razão da inexistência de um Instituto Médico-Legal (IML), em Aparecida de Goiânia, e de existir lei própria que os obriga a fazerem tal procedimento. Entidades de proteção à mulher presentes e organizações como o Centro de Valorização da Mulher Consuelo Nasser (Cevam), Centro Popular da Mulher (CPM), Conselho Estadual da Mulher, Ação da Mulher Trabalhista de Aparecida de Goiânia (AMT), Grupo Ipê Rosa, entre outras, referendam os reclamos e urgem por providências do poder público.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES: 2011/2012.

- Reunião de Instalação -2 de março de 2011
- Reunião Ordinária -22 de março de 2011.
- Audiência Pública em parceria Comissão de Direitos Humanos no dia 24de março de 2011.
- Reunião Ordinária - 05 de abril de 2011.
- Reunião com Grupo de Trabalho tema: Regularização Fundiária dia 05de abril de 2011, constituído por representantes da Prefeitura, Agehab, Ministério Público e Secretaria Municipal.





Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

- Reunião com o prefeito da Cidade de Goiás, para discutir a construção de 100casas na região.
- Audiência Pública dia 19 de abril às 19h. Na Escola Municipal Maria Tereza da Terra Tema: Regularização e escrituração dos lotes da Região Noroeste de Goiânia, doados pelo Estado.Participaram : Prefeito Paulo Garcia e mais de 1.000 (mil) famílias dos bairros que constituem o loteamento da Fazenda São Domingos na Capital.
- Visita in loco do município de Águas Lindas, no dia 18/05/2011, para tratar de assuntos referentes a questões de habitação e convenio com o MLCP local.
- Reunião com o Prefeito da Cidade de Goiás no dia 6de junho, acompanhou a votação na Câmara Municipal da cidade, Projeto que autoriza a doação da Prefeitura de um terreno para construção de 100 casas.



- Comissão recebe visitas de 100 estudantes de Crixás dia 14 de junho de 2011.
- Reunião com as seguintes Prefeituras para tratar do Programa Minha Casa Minha Vida e o Programa Estadual Cheque Moradia e Cheque Reforma:
 - Goiânia
 - Crixás
 - Aparecida de Goiânia



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

- Palestina
- Bom Jardim
- Baliza
- Palmeiras
- Caldazinha
- Itaberai
- Jataí
- Rio Verde
- Professor Jamil
- Santo Antonio da Barra
- Buriti de Goiás
- Reunião com lideranças do MLCP (Vice Prefeitos), dos seguintes municípios para tratar dos mesmos programas:
 - Caiponia
 - Itapaci
 - Palmeiras
 - Goianira
 - Campos Verdes
 - Maripotaba
 - São Luis do Norte
 - Aragarças
 - Campestre
 - Ipiranga
- Deputada Isaura Participa com o Fórum do Movimento de Regularização Já
- Para reivindicar da Agehab e Governo do Estado a escrituração da Região Noroeste dia 15 de junho de 2011.
- Nos dias 2 de maio e 15 de junho, aconteceu uma Audiência na SEPLAN de Goiânia com o Fórum do Movimento Regularização Já.

.Reforma Agrária.

- Reunião com famílias do Assentamento Osiel Pereira-Município de Baliza
- Reunião com cooperativas de Agricultura Familiar, filiadas a CECOF-Central de cooperativas Familiar de Goiás.
- Reunião em várias Lideranças do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), para tratar das perspectivas da luta pela Terra.

Para o segundo semestre já esta sendo feito um levantamento junto ao Departamento de Assessoramento Temático desta Casa, com as seguintes indagações:

- Quantos assentamentos implantados por programas de reforma agrária existem no Estado de Goiás?



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

- Qual a realidade dos assentamentos? Se estiverem produzindo? Como e com quem comercializam sua produção?

A Deputada Isaura Lemos recebeu no dia 14 de junho, do corrente ano, estudantes do Ensino Médio do município de Crixás. Os alunos assistiram a uma palestra ministrada pela deputada sobre função e funcionamento do parlamento. A palestra foi realizada no Auditório Sólon Amaral da Assembleia Legislativa.

A deputada Isaura Lemos, presidente da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, e o Fórum do Movimento de Regularização Já, se reuniram no dia 15 de junho com o presidente da Agência Goiana de Habitação (Agehab), Marcos Abrão Roriz, para cobrar a escrituração dos bairros da região Noroeste de Goiânia e o cadastramento das famílias do Madre Germana I e II (região Sudeste) para a emissão das escrituras. O Fórum é formado por lideranças dos bairros Floresta, Boa Vista, Vitória, Jardim Curitiba II, São Domingos e Madre Germana II.

A Deputada Isaura e o Fórum querem agilidade de todos os processos de regularização fundiária dos bairros Floresta, Boa Vista, Vitória, São Carlos, Primavera, Jardim Curitiba I, II, III e IV e Vila Mutirão. "Queremos saber como está à situação do decreto de aprovação de desmembramento/parcelamento do Bairro São Domingos",

A deputada também esteve na Secretaria Municipal de Planejamento (Seplan) para cobrar o decreto do Bairro São Domingos e a agilidade na avaliação do processo de aprovação do desmembramento/parcelamento do Bairro Floresta.

Após esses dois encontros, um representante da Comissão de Habitação, designada pela deputada Isaura, se reuniu na Corregedoria de Justiça, junto com Agehab, Seplan, Procuradoria do Estado e do município de Goiânia, além de donos de cartórios, para acertar os dizeres finais do decreto do Bairro São Domingos e a agilização do processo de registro dos desmembramentos aprovados pela Prefeitura e encaminhados pelo Estado, com a conseqüente agilidade na emissão das escrituras.

Deputada Isaura recebeu no dia 16 de junho, prefeito do município de Santo Antonio da Barra o senhor José Candido do Nascimento e vereadores de Santo Antônio da Barra, senhor Severino Júnior Gomes, Antônio Francisco Cardoso e Sirleide Ramos Ferreira. A pauta do encontro tratou de questões relacionadas à habitação, como os programas habitacionais do Estado e da Caixa Econômica Federal.

A Presidente da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, recebeu em seu gabinete no dia 22 de junho a prefeita do município de Buriti de Goiás, Regina Maria Costa Lima e o presidente da Câmara Municipal de Mossâmedes, vereador Maurizan Gonzaga Siqueira. Pauta: - a implementação do movimento de Luta pela Casa Própria, os programas habitacionais do governo federal e do Estado de Goiás.



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

A deputada Isaura Lemos, presidente da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, recebeu em seu gabinete no dia 28 de junho, o prefeito do município de Palestina de Goiás, Eduardo Talvani e os senhores João Donizete da Silva de Palestina de Goiás e Jovelino Lemes Siqueira, de Iporá.

A deputada Isaura Lemos, presidente da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, esteve no dia 8 de julho no município de Águas Lindas para se reunir com as centenas de famílias cadastradas no Movimento de Luta pela Casa Própria (MLCP). A deputada informou às famílias sobre a parceria da Prefeitura da cidade com o movimento de construir 300 casas populares em Águas Lindas.

Também participaram da reunião o vice-prefeito da cidade, Antônio Francisco Alves Sabóia, a secretária municipal de Trabalho, Sandra Helena, e o presidente do MLCP de Águas Lindas, Sidney Lopes.

Em maio deste ano, a deputada se reuniu com o prefeito Geraldo Messias Queiroz, o secretário de Obras e Infraestrutura, Marcos Domingos, para tratar sobre questões de habitação.

1ª-Reunião Extraordinária 2 de agosto distribuição de processo PL 145 AL de autoria da dep.isaura lemos;Altera a Lei nº16.269, de 29 de maio, que dispõe sobre Regularização de Ocupação de Imóveis Urbanos de Domínio do Estado , foi distribuído ao Dep. Isso Moréia para relatar.

2ª- Reunião Extraordinária 13 de setembro do corrente ano Foi devolvido a mesa o processo 145AL sendo solicitado a secretaria que providenciasse expediente a Secretaria de Estado das cidades E AGEHAB ,para esclarecimento destes órgão nos termos do relatório preliminar.

Audiência dia 3 de agosto na Fataeg, com trabalhadores Rurais

A Reforma Agrária, o Crédito Fundiário, a Marcha das Margaridas e as demandas de Reforma e Ampliação de casas nos assentamentos rurais de Goiás foram os temas da reunião realizada entre a deputada Isaura Lemos e diretores da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG), 3 de julho. Para Isaura, que é presidente da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, é preciso haver avanços na discussão e busca por soluções para os diversos problemas vivenciados pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Estado.

A secretária de Mulheres da FETAEG, Ana Maria Dias Caetano, destacou a atuação parlamentar de Isaura em prol dos trabalhadores rurais e apontou a necessidade de aproximação do Movimento com o Poder Legislativo Estadual.

Na ocasião, Ana Maria entregou material informativo e a pauta de reivindicações da Marcha das Margaridas, que vai ocorrer em Brasília, nos dias 16 e 17 em Brasília. O evento pretende reunir mais de 100 mil pessoas na capital federal, com o objetivo de lutar por melhores condições de vida e trabalho para a mulher trabalhadora rural. A delegação goiana busca o apoio do governo estadual para o custeio do transporte dos seus integrantes.



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

Isaura Lemos se comprometeu a levar o pedido para o governador Marconi Perillo, visando a disponibilização de ônibus por parte do governo estadual. "Quero ser um instrumento na Assembleia para as bandeiras de luta da FETAEG", pontuou.

O presidente da FETAEG, Elias D'Angelo Borges, apontou as deficiências do Programa Nacional de Crédito Fundiário em Goiás. Segundo ele, falta apoio do governo estadual, principalmente na área de Assistência Técnica e Extensão Rural

A Secretária de Políticas Sociais e Terceira Idade da FETAEG, Sueli Pereira e Silva, apresentou as necessidades dos assentamentos goianos de ampliação e reforma de casas. Segundo a secretária, aproximadamente 504 processos já foram protocolados na Caixa Econômica Federal, faltando apenas a liberação do processo nos órgãos competentes para o início das obras. Estiveram presentes André Luiz Nascimento e Valtuídes Silva, assessores parlamentares da deputada; e Maria de Lourdes Silva, secretária da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa.

Isaura Lemos recebe vice-prefeito de Águas Lindas 6 de agosto. A Presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, recebeu o vice-prefeito do município de Águas Lindas, Antônio Sabóia, no Salão Nobre da Casa, Em pauta: programas habitacionais do Estado e da Caixa Econômica Federal.

A deputada Isaura Lemos, presidente da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, esteve no dia 10 de agosto, no município de Inhumas, onde se reuniu com o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Inhumas (SINDISPI), Valdir José Ribeiro, antigo pedetista. Eles discutiram a realidade do município

Marcha das Margaridas 12 de agosto

A deputada Isaura Lemos participou em Anápolis, 16, da abertura da Marcha das Margaridas com as trabalhadoras rurais goianas. Logo em seguida participou das manifestações nos dias 16 e 17 em Brasília

Cerca de 100 mil trabalhadoras rurais de todo o Brasil engrossarão, nos próximos dias 16 e 17, a Marcha das Margaridas, cujo destino é a capital federal. Elas querem entregar uma pauta de reivindicações para a presidenta Dilma Rousseff.



A Marcha é uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (MSTTR) e de movimentos formados por mulheres. “Realizada desde o ano de 2000, tem revelado grande capacidade de mobilização e organização”, afirma a deputada Isaura Lemos. “Tem o objetivo de mobilizar as trabalhadoras rurais para que possam lutar por seus direitos”, explica Isaura. Seu caráter formativo, de denúncia e pressão, mas também de proposição, diálogo e negociação política com o Estado, tornou-a amplamente reconhecida como a maior e mais afetiva ação das mulheres no Brasil.



O movimento das trabalhadoras rurais se consolidou na luta contra a fome, a pobreza e a violência sexista, com grandes mobilizações nacionais nos



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

anos de 2000, 2003 e 2007. Agora, em 2011, sua plataforma política com o lema 'Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade', parte da constatação de que a pobreza, a desigualdade, a opressão e violência predominam entre as trabalhadoras do campo e da floresta. E para reverter essa situação se faz necessário e urgente um conjunto de ações e medidas estruturantes que componham, articuladamente, um projeto de desenvolvimento que reconheça as mulheres como sujeitos políticos e em seu protagonismo econômico, político, social e cultural.



É coordenada pelo Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais composto pela Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag), por 27 federações e mais de 4 mil sindicatos, sua realização conta com ampla parceria.



A Marcha das Margaridas 2011 está em processo de construção e revela um crescente amadurecimento político, de caráter feminista, ao abraçar os desafios que a conjuntura atual apresenta para todas as mulheres trabalhadoras do país. É necessário desafiar os padrões tradicionais que reproduzem na sociedade brasileira, de modo a qualificar e ampliar a agenda das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta em toda a sua diversidade cultural, étnica, racial e geracional. Um legado e uma homenagem

Dirigente sindical, Margarida Maria Alves (1943 – 1983) é o grande símbolo da luta das mulheres por terra, trabalho, igualdade, justiça e dignidade. Rompeu com padrões tradicionais de gênero ao ocupar por 12 anos a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, estado da Paraíba. À frente do sindicato, fundou o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. A sua trajetória sindical foi marcada pela luta contra a exploração, pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, contra o analfabetismo e pela reforma agrária. Margarida Alves foi brutalmente assassinada pelos usineiros da Paraíba em 12 de agosto de 1983.

Os principais objetivos políticos da Marcha das Margaridas são:

- Fortalecer e ampliar a organização, mobilização e formação sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais;
- Contribuir para a democratização das relações do MSTTR, com a superação das desigualdades de gênero;
- Atuar para que as mulheres do campo e da floresta sejam protagonistas de um novo processo de desenvolvimento rural voltado para a sustentabilidade da vida humana e do meio ambiente;



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

- Dar visibilidade e reconhecimento à contribuição econômica, política, social das mulheres no processo de desenvolvimento rural;
- Denunciar e protestar contra a fome, a pobreza e todas as formas de violência, exploração, discriminação e dominação e avançar na construção da igualdade para as mulheres;
- Propor e negociar políticas públicas para as mulheres do campo e da floresta

Movimento Regularização Já, coordenado por Isaura Lemos, se reúne com a Agehab 23 de agosto.

O Movimento Regularização Já, coordenado pela deputada Isaura Lemos, presidente da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, e pela vereadora Tatiana Lemos, realizou mais uma reunião com a Agência Goiana de Habitação (Agehab). O Movimento luta pela regularização dos bairros da Fazenda São Domingos, região Noroeste de Goiânia, e Madre Germana, localizado na região Sudoeste da Capital, doados pelo Movimento de Luta pela Casa Própria (MLCP).

O presidente da Agehab, Marcos Abrão Roriz, informou que o decreto de regularização e outros documentos estão travados na Prefeitura de Goiânia. Segundo Marcos Abrão, o processo de regularização daqueles bairros só depende da liberação dessa papelada para poder seguir adiante.

Participaram da reunião lideranças de ambas as regiões: representantes dos bairros São Domingos, Floresta, Boa Vista, da Vitória, São Carlos, Madre Germana I e Madre Germana II.

Isaura Lemos ministra palestra na IV Conferência de Políticas para as Mulheres 26 de agosto

A deputada Isaura Lemos, presidente da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, e a vereadora Tatiana Lemos participam da IV Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, promovida pela Assessoria da Mulher, neste final de semana.

Isaura e Tatiana vão ministrar palestra sobre o tema 'Qualidade de vida em moradia com infraestrutura, respeito ao meio ambiente, com alimentação saudável, esporte e lazer.' A palestra será às 10h30 deste sábado, 27, no Jôquei Clube de Goiânia.

A IV Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres começa nesta sexta-feira, 26, às 19 horas, e prossegue durante todo o sábado, no Jôquei Clube.

Isaura Lemos recebe vereador de Edealina e outros companheiros 25 de agosto. A deputada Isaura Lemos, presidente da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, recebeu no dia 25 de agosto, Pauta: informações sobre os programas habitacionais do Estado e da Caixa Econômica Federal, participaram da reunião: o vereador do município de Edealina, Leandro Rodrigo de Souza e Leonardo Cabral, coordenador do Movimento de Luta pela Casa Própria (MLCP) de Mairipotaba. Isaura também conversou com Míriam Otaviano de Souza, presidente do PC do B de Pontalina e coordenadora do MLCP da cidade. João Batista Chaves de Joviânia, e Robinson Rodrigues Vargas, de Pontalina.



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

Isaura Lemos entrega reivindicações de prefeitos e lideranças de assentamentos ao Incra 30 de agosto. A deputada Isaura Lemos, presidente da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, esteve no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Goiás (Incra), acompanhada de prefeitos, secretários e lideranças de assentamentos e acampamentos dos municípios de Itaberaí, Doverlândia, Palmeiras de Goiás, Buriti de Goiás, Itapaci, Crixás, Caiapônia e Baliza para entregar diversas reivindicações dessas localidades. As demandas foram entregues à superintendente substituta, Cíntia Monique Amoury.

Entre as reivindicações, estão construção de postos de saúde, escolas, pontes, bueiros, poços artesianos, estradas e eixões; liberação de recursos do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf); recursos para a habitação etc.

Para a construção de pontes, bueiros, eixões e abertura de ruas, por exemplo, é necessário que se realize um convênio entre a prefeitura do município e o Incra. Já para a construção de escolas e posto de saúde, é preciso que o Incra faça uma doação da área para a respectiva prefeitura.

Isaura Lemos quer incluir Caturai e Inhumas na Rede Metropolitana de Transportes 31 de agosto

A deputada Isaura Lemos, presidente da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, apresentou projeto de lei que inclui os municípios de Caturai e Inhumas na Rede Metropolitana de Transportes Coletivos. A Lei Complementar nº 27, de 30 de dezembro de 1999, que cria a Região Metropolitana de Goiânia, conhecida como Grande Goiânia, inclui Caturai e Inhumas, mas não reconhece esses municípios como integrantes da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos.

Atualmente, de acordo com a Lei Complementar nº 27, fazem parte dessa rede os seguintes municípios: Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Goianira, Goianópolis, Guapó, Hidrolândia, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis e Trindade.

O projeto de lei tem o objetivo de sanar esse equívoco, pois, na avaliação de Isaura Lemos, deve-se aplicar a mesma regra a todos os municípios da Região Metropolitana de Goiânia. “Se Caturai e Inhumas integram a Grande Goiânia, devem fazer parte também da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos”, afirma a deputada.

Isaura Lemos e Cecaf vão ao Incra discutir situação de produção em assentamentos 6 de setembro. A deputada Isaura Lemos, presidente da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, e o diretor administrativo da Central de Cooperativas da Agricultura Familiar (Cecaf), Wilson Hermuth Gottens, se reuniram com representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no dia 6 de setembro, para discutir a situação da produção nos assentamentos bem-sucedidos em Goiás. Também foram discutidas as dificuldades encontradas pelos assentamentos goianos.

De acordo com a deputada, ficou marcada uma visita ao Assentamento Rio Formoso, em Jataí, e ao Assentamento São Salvador, localizado no município de Minaçu. Neste último, há pouco mais de dois anos o cultivo de



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

pimenta vem crescendo entre os produtores, mas a venda coletiva da pimenta só começou em janeiro deste ano, via cooperativa. Com 163 assentados, o Assentamento São Salvador tem 56 produtores de pimenta.

Isaura Lemos aplaude publicação do decreto de regularização do bairro São Domingos 13 de setembro. Com o Decreto nº 2.646, publicado no Diário Oficial do Município de Goiânia, e que trata sobre a regularização fundiária do bairro São Domingos, as 937 famílias da região Noroeste de Goiânia devem ter em mãos, ainda este ano, as escrituras de seus imóveis, à medida que forem liberadas pelo cartório.

Essa é uma luta da deputada Isaura Lemos, Presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, e da vereadora Tatiana Lemos, membro da Comissão de Habitação, Urbanismo e Ordenamento Urbano da Câmara Municipal de Goiânia.

O bairro São Domingos é fruto da conquista do Movimento de Luta pela Casa Própria (MLCP), entidade apoiada pela deputada Isaura e pela vereadora Tatiana Lemos. O Decreto nº 2.646 foi publicado com data retroativa ao dia 25 de agosto deste ano, na edição nº 5.175.

Durante audiência pública promovida pelas parlamentares sobre regularização fundiária, em 19 de abril deste ano, o prefeito Paulo Garcia assinou o decreto que possibilita a concessão dos títulos de propriedade para as famílias do bairro São Domingos. O evento aconteceu na Escola Municipal Maria da Terra.

O Movimento Regularização Já, idealizado por Isaura e Tatiana, já realizou diversas audiências com o presidente da Agência Goiana de Habitação, Marcos Abrão Roriz, para acompanhar todo o processo. A Agehab estava aguardando a publicação do decreto de aprovação do bairro São Domingos para começar o processo de regularização da área.

Isaura Lemos reúne famílias do MLCP em Americano do Brasil 13 de setembro

A Presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, esteve, no município de Americano do Brasil. Ela se reuniu com dezenas de pessoas inscritas no Movimento de Luta pela Casa Própria (MLCP), para tratar sobre os cerca de 50 lotes doados pela Prefeitura. Também participaram da reunião o prefeito Moretson da Silva Borges e a representante do MLCP de Americano do Brasil, Heloísa.

Isaura Lemos recebe prefeito de Uruana 21 de setembro

A Presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, recebeu, no dia 21, o prefeito da cidade de Uruana, Divan José Resende e Ney dos Reis (PP); a presidente do PC do B de Uruana, Elenir Marilda de Sousa; e seu irmão, José Geraldo de Souza. Pauta Programas habitacionais do Estado e da Caixa Econômica Federal.

Isaura Lemos recebe liderança do Movimento Território Médio Araguaia 4 de outubro

A deputada Isaura Lemos no dia 4 de outubro recebeu, a coordenadora do movimento Território Médio Araguaia, Edna Ferreira da Silva, que conta com famílias da agricultura familiar, oriundas de 21 municípios. Entre eles, estão Aragarças, Bom Jardim, Baliza, Doverlândia, Caiapônia, Palestina, Piranhas, Arenópolis, Fazenda Nova, Iporá, Amorinópolis, Novo Brasil,



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

Jussara, Ivolândia, Aurilândia, Montes Claros, Santa Fé, Moiporá, Israelândia, Diorama e Jaupaci. De acordo com Edna, o movimento Território Médio Araguaia apresenta projetos para beneficiar as famílias da agricultura familiar.

Isaura Lemos tem encontro com prefeito de Luziânia 11 de outubro

A deputada Isaura Lemos, presidente da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, esteve no dia 11 de outubro, na cidade de Luziânia com o prefeito Célio Silveira. Também participaram da reunião o ex-vereador Euler Ivo, presidente de honra do Movimento de Luta pela Casa Própria (MLCP); Boaz Epaminondas de Albuquerque, presidente do MLCP de Luziânia; e Margônio Florentino Martins. Eles conversaram sobre os programas habitacionais do Estado e da Caixa Econômica Federal.

Isaura Lemos promove audiência para discutir violência contra a mulher 24 novembro Dia Internacional de não violência contra a Mulher que celebrado dia 25 de novembro

audiência pública por ocasião do Dia Internacional de Não Violência Contra a Mulher, celebrado em 25 de novembro. A audiência pública será realizada às 8h30, no Auditório Solon Amaral da Assembleia Legislativa. A discussão contará com a presença de diversas mulheres que representam diferentes segmentos da sociedade.

Luta

O Dia Internacional de Não Violência Contra a Mulher foi definido no I Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em 1981, em Bogotá, Colômbia. A data foi escolhida para lembrar as irmãs Mirabal (Pátria, Minerva e Maria Teresa), assassinadas pela ditadura de Leônidas Trujillo na República Dominicana.

Em 25 de novembro de 1991, foi iniciada a Campanha Mundial pelos Direitos Humanos das Mulheres, sob a coordenação do Centro de Liderança Global da Mulher.

A campanha propõe 16 Dias de Ativismo em face da Violência contra as Mulheres, começando no dia 25 de novembro e encerrando-se no dia 10 de dezembro, data de aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Esse período foi escolhido para marcar a luta pela erradicação da violência contra as mulheres e garantia dos direitos humanos.

Isaura Lemos se reúne com famílias do MLCP na Secretaria de Habitação 29 de novembro

A Presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, se reuniu com as famílias do Movimento de Luta pela Casa Própria (MLCP), no dia 29 de novembro, no pátio da Secretaria Municipal de Habitação, na Cidade Jardim. Elas solicitaram que o prefeito Paulo Garcia resgate o compromisso feito pelo então prefeito Íris Rezende, referente ao programa de moradia.

As famílias, acompanhadas de Isaura Lemos, foram recebidas pelo secretário de Habitação, Paulo Borges, que determinou à sua assessoria que fizesse uma agenda para verificar caso a caso. O secretário convidou a coordenação do MLCP para participar, junto de sua assessoria, da elaboração da agenda



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

Ao todo, são 400 famílias que aguardam a tão sonhada casa própria. Elas se reúnem todas as manhãs de terça-feira, no pátio da Habitação. “Essas famílias decidiram, em assembleia, se reunir às terças-feiras até serem contempladas pelo ‘Minha Casa, Minha Vida’”, diz Isaura Lemos, uma das fundadoras do MLCP.

As famílias já são cadastradas no "Minha Casa, Minha Vida", mas apenas uma parte delas passou pela triagem feita pela Secretaria Municipal de Habitação. Após a triagem, a Habitação remete a documentação do cadastrado à Caixa Econômica Federal, que analisa caso por caso. Só será contemplado com o benefício o cadastrado que atender todos os critérios do programa habitacional. Assessoria de Isaura Lemos acompanha grupo de assentados ao Incra 01 de dezembro

A assessoria da deputada Isaura Lemos, acompanhou a comitiva do Assentamento Belo Monte, localizado no município de Serranópolis, em uma reunião no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para apresentar as seguintes reivindicações: cadastramento das 88 famílias acampadas; vistoria nas fazendas Água Pé e Maripotaba, localizadas naquela região; cestas básicas para as 88 famílias acampadas; e lona para a cobertura dos 88 barracos.

Isaura Lemos recebe prefeitos dia 7 de dezembro. Presidente da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, recebeu, no dia, 7, prefeitos do interior do Estado para uma reunião no Auditório Costa Lima. Na ocasião, foi discutido o programa Minha Casa, Minha Vida, modalidade sub-50, destinada aos municípios com população abaixo de 50 mil habitantes.

Essa é a segunda reunião de orientação e encaminhamento sobre como acessar os recursos do programa do Governo Federal. A primeira foi realizada no último dia 22, na Assembleia Legislativa. O encontro é uma parceria com a Associação Habitacional em Defesa da Moradia e Meio Ambiente (AHDM), que representa, em Goiás, os seguintes agentes financeiros: Banco Família Paulista, Banco Luso, Banco Trycuri, Banco Paulista e Banco Schahin. A AHDM possibilitou a contratação de 1.470 unidades habitacionais no Estado junto ao Ministério das Cidades.

Para a região Centro-Oeste, o Ministério das Cidades disponibilizou 10.743 unidades habitacionais. Por isso, os municípios precisam estar preparados para acessar os recursos. Para a reunião, foram convidados 46 prefeitos dos seguintes municípios: Anicuns, Aragarças, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Cristalina, Ceres, Campos Verdes, Caldazinha, Doverlândia, Edealina, Goianira, Goiatuba, Goiás, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Iporá, Itapuranga, Jaraguá, Mineiros, Morrinhos, Minaçu, Mozarlândia, Niquelândia, Nova América, Porangatu, Posse, Pires do Rio, Padre Bernardo, Palmeiras de Goiás, Pontalina, Professor Jamil, Pilar de Goiás, Pontalina, Piranhas, Portelândia, Professor Jamil, Pilar de Goiás, Quirinópolis, Rubiataba, Santa Helena de Goiás, São Luiz de Montes Belos, Serranópolis, Santa Bárbara de Goiás, Uruaçu, Uruana, Urutaí, Vianópolis e Varjão.



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

Para mais informações, acesse a Portaria Interministerial MP/MF/MCD 531/2011, pelo seguinte link:

<http://anip.datalegis.inf.br/view/txato.php?KEY=&WORD=&TIPO=PIM&NUMERO=00000531&SEQ=000&ANO=2011&ORGAO=MP/MF/MCD&TIPITEM=&DESI TEM>

Fonte: Assessoria de imprensa

Gabinete: Isaura Lemos

Isaura Lemos recebe comitiva de Itaguaru 8 de dezembro

A Presidente da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa de Goiás, recebeu, dia 8 de dezembro, recebeu uma comitiva do município de Itaguaru, Silma Rodrigues de Oliveira; o vice-presidente do partido, Sebastião Alves Pereira; Josué Ribeiro dos Santos; Sandra Fátima de Souza; Nilton Antônio Gonçalves; o ex-vereador e vice-presidente do PSC, Geraldo de Deus Pereira; e o pastor Fábio Rezende de Oliveira . Em pauta: assuntos de habitação.

Instituto Ana Carol será declarado entidade de utilidade pública 14 de dezembro

Está na pauta prévia desta 14, para primeira votação, projeto de autoria da deputada Isaura Lemos (PCdoB), que declara o Instituto Ana Carol como entidade de utilidade pública.

O Instituto Ana Carol (IAC) é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e foi idealizado para homenagear Ana Carolina Oliveira Campos, vítima de um tipo raro de leucemia, vindo a falecer no dia 13 de dezembro de 2007, aos dez anos de idade. Ana Carolina sonhava em ser estilista, adorava artesanato e tinha paixão pelo badminton, seu esporte preferido.

Criado em 2009, o IAC desenvolve ações sociais voltadas para o atendimento de jovens, mulheres e crianças. Visa promover a inclusão social através da geração de emprego e renda, buscando contribuir com o resgate da cidadania e a emancipação de mulheres e homens.

“O IAC tem por objetivo realizar um trabalho social dentro de um espírito que lembre sempre a importância da pequena Carol, cuja existência, embora de poucos anos de vida, mas de uma eternidade em nossa memória, foi intensa, sensível, e marcou nossas vidas, e, agora, marcará a vida das pessoas que estão envolvidas nos projetos, seja como participantes diretos ou como colaboradores e parceiros”, explica Celma Grace de Oliveira, presidente e fundadora do IAC.

Em parceria com a Cooperativa de Bordadeiras (Bordana), o Instituto Ana Carol conta com uma linha de produtos inspirada nas riquezas do bioma Cerrado e nas suas histórias de vida. Os produtos são exclusivos, entre eles: pano de prato, capas de almofadas, sachês, chaveirinhos, sacolas tipo ecobag, bolsas, batas, puxa-sacos, colchas, capas de notebook, e organizadores de bolsa.



Outras Atividades

Seminário, 25/10. Pauta: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: 10 ANOS DO ESTATUTO DA CIDADE



O Ministério das Cidades, em parceria com a Caixa Econômica Federal e o Lincoln Institute of Land Policy, em Brasília (DF), o SEMINÁRIO INTERNACIONAL: 10 ANOS DO ESTATUTO DA CIDADE. Passados 10 anos da aprovação e vigência do Estatuto da Cidade, podemos afirmar que uma boa parte do caminho já foi percorrida. No entanto, ainda resta continuar a tarefa de colocá-lo em prática e promover a sua efetividade nos municípios brasileiros. Neste sentido, o Ministério das Cidades, que desde 2003, por meio de seus programas e ações, vem firmemente comprometido a apoiar a implementação do Estatuto da Cidade em todo o país, propõe a realização deste Seminário Internacional com o objetivo de formular uma agenda propositiva e a pauta de atuação para os próximos anos, considerando os avanços e conquistas no que tange à aplicação dos seus instrumentos. Na oportunidade, estão sendo convidados especialistas nacionais e internacionais da América Latina: Argentina, Chile, Colômbia, Equador e Uruguai para apresentarem suas experiências e dialogarem sobre os temas convergentes com o Estatuto em quatro grandes Painéis, a saber:



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

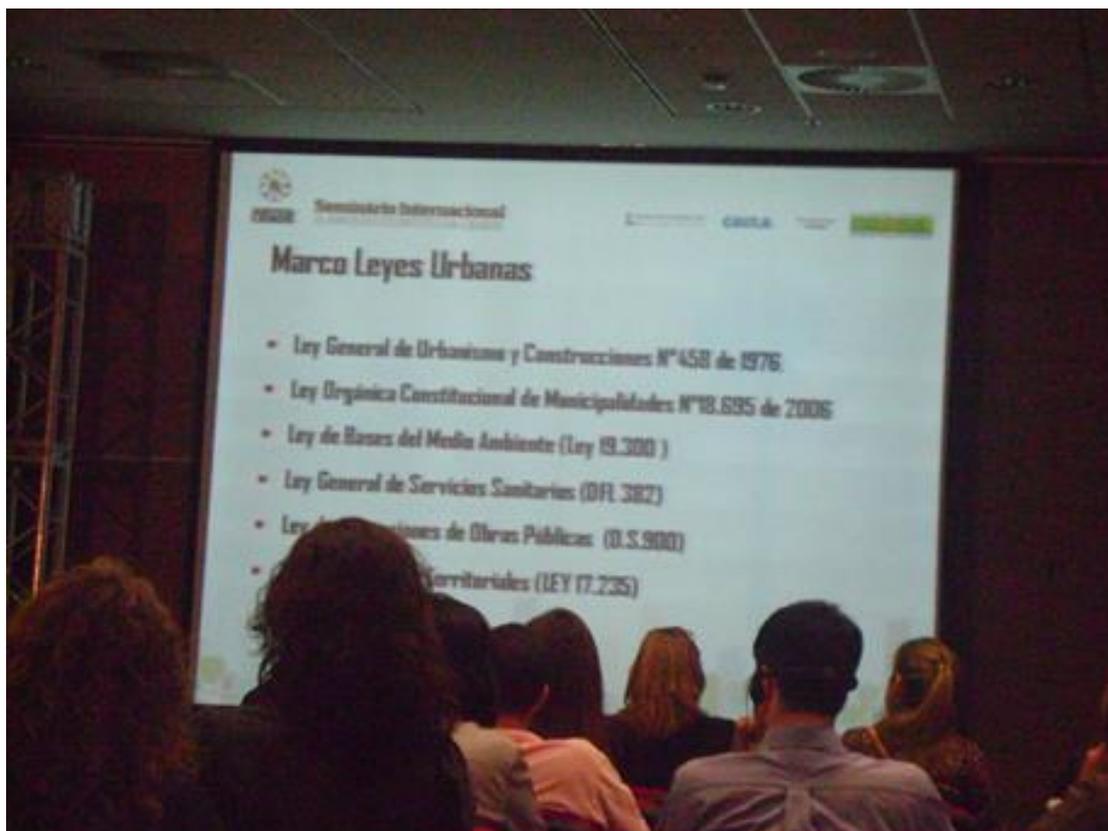
COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

I - Experiências Internacionais de Marcos Jurídicos e Institucionais de Desenvolvimento Urbano e Ordenamento Territorial;

II - As Políticas de Desenvolvimento Urbano e o Estatuto da Cidade;

III - Instrumentos de Planejamento Urbano e Gestão Democrática;

IV - Avanços e Desafios para a Implementação do Estatuto da Cidade





Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

Reunião, 26/10. Pauta: PAINEL; AS POLITICAS DE DESENVOLVIMENTOS URBANOS E O ESTATUTO DA CIDADES(PLENARIA)



Seminário possibilita troca de experiências latino-americanas 26 de Outubro de 2011 17:29.

Marcos jurídicos e institucionais de desenvolvimento urbano de outros países foram tema do primeiro painel do evento

O primeiro painel do Seminário Internacional: 10 anos do Estatuto da Cidade reuniu representantes dos cinco países participantes para exporem o panorama geral das legislações vigentes na área de ordenamento territorial na América Latina. Políticos e pesquisadores dividiram com o público na manhã desta quarta-feira (26) semelhanças, diferenças e avanços em relação aos instrumentos legais e às políticas urbanas brasileiras.

Roberto Muniz, Secretário-Executivo do Ministério das Cidades, coordenou o painel. A experiência argentina foi exposta por Raquel Cecilia Kismer de Olmos, da Secretaria de Assuntos Municipais do Ministério do Interior da Nação. Luís Eduardo Bresciani Lecannelier, Diretor do Mestrado em Projetos Urbanos da Pontifícia Universidade Católica do Chile, falou sobre a questão em seu país.

Já a experiência colombiana foi exposta por Maria Mercedes Maldonado, da Universidade Nacional da Colômbia. Representando o Equador, estava Arturo Mejía Granizo, Subsecretario de Habitat e Assentamentos Humanos do



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

Ministério de Desenvolvimento Urbano e Habitação daquele país. E finalizando a programação da manhã, participou Manuel Chabalgoity, Diretor Nacional de Ordenamento Territorial do Ministério de Habitação, Ordenamento Territorial e Meio Ambiente do Uruguai .

Reunião, 27/10. Pauta: Seminário Internacional 10 anos do Estatuto da Cidades

Diálogo entre países permite comparação entre legislações de desenvolvimento urbano

Qui, 27 de Outubro de 2011 16:36



A manhã do último dia do Seminário Internacional: 10 Anos do Estatuto da Cidade foi dedicada a diálogos simultâneos entre membros do governo brasileiro, do Conselho das Cidades e representantes de Colômbia, Chile e Uruguai. O foco foi nas experiências comparadas entre Brasil e demais países, levando em conta a aplicação da legislação reguladora de desenvolvimento urbano no país.



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA



No Diálogo 1, coordenado pelo Diretor de Planejamento Urbano do Ministério das Cidades, Daniel Todtmann Montandon, foi possível a comparação da lei brasileira com a lei colombiana Nº 388, de 1997, que estabeleceu o Plano de Ordenamento Territorial como o principal instrumento na escala municipal. De forma correspondente, o Estatuto da Cidade reforçou o Plano Diretor como o principal instrumento da política urbana municipal.

Juan Carlos García Bocanegra, da Universidade Pontifícia Bolivariana de Medellín, disse que a potência da legislação colombiana está em prever um só plano, que contempla todos aspectos para os 1.100 municípios do país. “Foi criada a consciência de que o ordenamento territorial é tema de todos os municípios e inclui a definição de solos de expansão”, afirmou.

De acordo com o professor, as cidades que mantiveram na Colômbia um único plano tiveram bons resultados, como Medellín. As demais que mudaram os planos ao longo dos anos tiveram dificuldades. Portanto, “os instrumentos para serem aplicados têm que ter estabilidade, maior que os mandatos dos prefeitos”.

Nabil Bonduki, do Ministério do Meio Ambiente, avaliando a realidade brasileira após uma década de Estatuto da Cidade, sugeriu regulamentar os planos diretores, debatendo com o Conselho das Cidades para definir melhor seu fim e o papel dos entes federativos. Ele acredita que os planos diretores foram estabelecidos como planos de desenvolvimento no país. Para a gestão de problemas como a de resíduos sólidos, Bonduki disse que os estados devem estar fortemente envolvidos no processo, na formação de consórcios regionais. “Temos que fazer com que as cidades cresçam com mistura de classes. As zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS avançam quando determinam áreas



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

de habitação e outras áreas para outros usos, gerando menos desigualdade”, concluiu.

Maria Ângela de Almeida Souza, da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, participou do debate dizendo que os planos diretores vieram “consolidar o município como instrumento de política urbana”, mas acredita que há poucos recursos humanos e técnicos para planejamento urbano no país. Comparando as leis brasileira e colombiana, ela ressaltou que a legislação na Colômbia determina mais os níveis de planejamento, num sistema mais complexo, mas de teor mais técnico, mais centralizado e menos participativo.

Considerando a diversidade brasileira, Souza questionou quem de fato se interessa pelo ordenamento territorial. “Há tensão entre interesses públicos e privados, o que interfere na aplicação do Estatuto”.



09/11 Formosa Região 1 - Entorno do DF e Nordeste

O evento foi realizado no dia 9/11, no Auditório da Prefeitura, das 8 às 12h30 e das 14h30 às 18 horas. Ao todo, serão realizadas cinco audiências públicas regionais nos meses de novembro e dezembro com o objetivo de debater e desenvolver o PEHIS. Para viabilizar a participação de todo o Estado e facilitar o deslocamento, também foram definidas como sedes para cada audiência os municípios de Porangatu, Rio Verde, Catalão e Goiânia

Cidades-Sede - Audiências Públicas

As audiências buscam a participação e a contribuição da população e seus segmentos representativos na estruturação do PEHIS. Pela manhã, após a aprovação do regimento interno do evento, o diretor de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica da Agehab, Luciano Alves Pereira,



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

apresentaram o Diagnóstico Habitacional do PEHIS. Em seguida, a arquiteta do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), Thêmis Aragão, ministrou palestra sobre a estrutura da última etapa do Plano, Estratégias de Ação.

Diretor Luciano Alves apresenta Diagnóstico Habitacional em audiência em Formosa .

Nordeste do Estado e Entorno do DF validam Plano de Habitação em elaboração pela Agehab

- | | |
|---------------------------|---------------------------------|
| 1 -Alto Paraíso de Goiás | 1- Abadiânia |
| 2- Alvorada do Norte | 2- Água Fria de Goiás |
| 3- Buritinópolis | 3- Águas Lindas de Goiás |
| 4 -Campos Belos | 4- Alexânia |
| 5- Cavalcante | 5- Cabeceiras |
| 6- Colinas do Sul | 6- Cidade Ocidental |
| 7- Damianópolis | 7- Cocalzinho de Goiás |
| 8 -Divinópolis de Goiás | 8 -Corumbá de Goiás |
| 9 -Flores de Goiás | 9- Cristalina |
| 10- Guarani de Goiás | 10- FORMOSA |
| 11- Iaciara | 11- Luziânia |
| 12- Mambaí | 12 -Mimoso de Goiás |
| 13 -Monte Alegre de Goiás | 13- Novo Gama |
| 14- Nova Roma | 14- Padre Bernardo |
| 15- Posse | 15- Pirenópolis |
| 16- São Domingos | 16- Planaltina |
| 17 -São João D'Aliança | 17- Santo Antônio do Descoberto |
| 18 -Simolândia | 18 -Valparaíso de Goiás |
| 19 -Sítio D'Abadia | 19- Vila Boa |



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

20- Teresina de Goiás
20 MUNICÍPIOS
Total de municípios 39

19 MUNICÍPIOS

Fonte: Agehab

Dia 18/11 Porangatu

Porangatu sedia audiência pública do Plano Estadual de Habitação

A população das regiões Norte e Noroeste do Estado terá a oportunidade de conhecer, opinar e debater o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS) de Goiás, em audiência pública realizada na sexta-feira (18/11), na Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Porangatu (ACIAP) - Rua 6, n.º 14, Centro, das 8 às 12h30 e das 14h30 às 18 horas. Realizada pela Agência Goiana de Habitação (Agehab), em parceria com a Secretaria das Cidades, a audiência busca a participação e a contribuição da população e seus segmentos representativos na estruturação do Plano.



O PEHIS traça um panorama da habitação de interesse social em Goiás e planeja ações de combate ao déficit até a década de 2020. “É uma exigência da legislação que cada Estado e município elabore seu Plano, ou não terá acesso a recursos federais para investir em habitação”, lembra o presidente da Agehab, Marcos Abrão Roriz. A audiência pública possibilitará a participação popular nesse processo, criando um canal de expressão de demandas genuínas dos municípios a serem contempladas no Plano Estadual.



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

Nas audiências públicas, são realizadas palestras técnicas sobre os resultados do Diagnóstico Habitacional e constituídos grupos de trabalho para propor as Estratégias de Ação, última etapa de elaboração do Plano. O Diagnóstico Habitacional traz a estimativa das necessidades de incremento do estoque habitacional, somadas ao déficit habitacional e às moradias inadequadas herdadas do passado, levantando todas as situações de precariedade e demandas habitacionais futuras.

Ao todo, serão realizadas cinco audiências públicas regionais nos meses de novembro e dezembro com o objetivo de debater e desenvolver o PEHIS. O município de Formosa foi sede das discussões voltadas para a região Nordeste e entorno do Distrito Federal, no dia 9 de novembro. Depois de Porangatu, a próxima audiência será em Rio Verde (23/11). Em seguida, Catalão e Goiânia.

Fonte : Comunicação da Agehab

23/11Rio Verde Audiência Publica

Local do Evento : Rio Verde Câmara Municipal Rua José Valter Q24, Residencial Interlagos.





Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

Comissão de Habitação discute Plano Estadual de habitação de Interesse Social (PEHIS)



A Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, presidida pela deputada Isaura Lemos (PCdoB) participará das audiências públicas promovidas pela Agência Goiana de Habitação (Agehab), em parceria com a Secretaria das Cidades, para discutir o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS).

Ao todo, serão cinco audiências públicas. Nesta quarta-feira 23, a Comissão está presente no município de Rio Verde cidade-sede. Foram convidados os seguintes Municípios :

- 1-Acreúna
- 2-Aparecida do Rio Doce
- 3- Aporé
- 4- Cachoeira Alta
- 5- Caçu
- 6- Castelândia
- 7- Chapadão do Céu
- 8- Gouvelândia
- 9- Itajá



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

- 10- Itarumã
- 11- Jataí
- 12- Lagoa Santa
- 13- Maurilândia
- 14- Mineiros
- 15- Montividiu
- 16- Paranaiguara
- 17- Perolândia
- 18- Portelândia
- 19- Quirinópolis
- 20- Rio Verde
- 21- Santa Helena de Goiás
- 22- Santa Rita do Araguaia
- 23- Santo Antônio da Barra
- 24- São Simão
- 25- Serranópolis
- 26- Turvelândia

- Total de 26 Municípios.

Os eventos regionais contarão com palestras sobre o Diagnóstico Habitacional do Estado e serão formados grupos de trabalho para a elaboração das Estratégias de Ação do Plano.

Além de apresentar o diagnóstico, os encontros têm como objetivos promover amplo debate e coleta de proposições junto à comunidade e buscar a participação e contribuição da comunidade na estruturação das Estratégias de Ação do PEHIS.

As próximas audiências públicas serão nos seguintes municípios: Rio Verde, no próximo dia 23; Catalão, no dia 2 de dezembro; e Goiânia, 7 de dezembro. A primeira foi realizada em Formosa, no dia 9 deste mês.



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

02/12/2011 Catalão Região 4 - Sul e Sudeste
Comissão de Habitação discute Plano Estadual de habitação de Interesse Social (PEHIS)



A Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, presidida pela deputada Isaura Lemos, participará das audiências públicas promovidas pela Agência Goiana de Habitação (Agehab), em parceria com a Secretaria das Cidades, para discutir o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS).

Ao todo, serão cinco audiências públicas. No próximo dia 02 de dezembro, sexta-feira, a Comissão estará presente no município de Catalão, cidade-sede. Foram convidados os seguintes Municípios:

Cidades-Sede - Audiências Públicas

- | | |
|----------------------|-------------------------------|
| 1-Água Limpa | 1-Ananguera |
| 2-Alôndia | 2- Campos Alegre |
| 3- Bom Jardim | 3-Catalão |
| 4- Buriti Alegre | 4-Corumbaíba |
| 5- Cachoeira Dourada | 5-Cristinópolis |
| 6- Caldas Novas | 6-Cumari |
| 7- Cezarina | 7-Divinópolis |
| 8- Cromínia | 8-Gameleira de Goiás |
| 9- Edealina | 9-Goiandira |
| 10-Edéia | 10-Ipameri |
| 11- Goiatuba | 11-Leopoldo de Bulhões |
| 12- Inaciolândia | 12-Nova Aurora |
| 13- Indiará | 13-Orizona |
| 14- Itumbiara | 14-Ouvidor |
| 15- Joviânia | 15- Palmelo |
| 16- Mairipotaba | 16-Pires do Rio |
| 17- Marzagão | 17-Santa Cruz de Goiás |
| 18- Morrinhos | 18-São Miguel do Passa quatro |
| 19- Panamá | 19-Silvânia |
| 20- Piracanjuba | 20-Três Ranho |
| 21- Pontalina | 21- Urutaí |



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

22- Porteirão

23- Professor Jamil

24- Rio Quente

25- Varjão

26- Vicentinópolis

Total de 26 Municípios.

22-Vianópolis

Total de 22 Municípios

O total dos municípios da região Sul e Sudeste Totalizam em 48 Municípios.

Os eventos regionais contarão com palestras sobre o Diagnóstico Habitacional do Estado e serão formados grupos de trabalho para a elaboração das Estratégias de Ação do Plano.

Além de apresentar o diagnóstico, os encontros têm como objetivos promover amplo debate e coleta de proposições junto à comunidade e buscar a participação e contribuição da comunidade na estruturação das Estratégias de Ação do PEHIS.



Ao todo, foram realizadas cinco Audiências Públicas Regionais, nos meses de novembro e dezembro com o objetivo de debater e desenvolver o (PEHIS), Os Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, Alameda dos Buritis, n. 231, Setor Oeste – 65 CEP.74019-900

Fones: (62) 3221 3361 – isauralemos@assembleia.go.gov.br



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

municípios de Formosa, Porangatu e Rio verde já foram sedes das discussões voltadas para suas respectivas regiões. A última Audiência será realizada no dia 07 de dezembro, no Auditório Manoel Costa Lima na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, das 8 às 18hs



Audiência Pública Goiânia 13/12

Comissão de Habitação discute Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS)

O Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Jardel Sebba, juntamente com a Presidente da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, Deputada Isaura Lemos (PCdoB), participará da audiência pública sobre o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS). A audiência pública, promovida pela Agência Goiana de Habitação (Agehab), em parceria com a Secretaria das Cidades, será realizada na Assembleia Legislativa, na Alameda dos Buritis nº. 231, no Auditório Manoel Costa Lima.



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

No total, já foram realizadas cinco audiências nos meses de novembro e dezembro, para debater e desenvolver o PEHIS. Os municípios de Formosa, Porangatu, Rio Verde e Catalão. Falta ser realizada mais uma audiência, em Goiânia, no dia 13 de Dezembro de 2011.

O Plano Estadual de Habitação Interesse Social (PEHIS) traça um panorama da habitação de interesse social em Goiás e planeja ações de combate ao déficit de moradias até a década de 2020. As audiências permitem a participação popular nesse planejamento e abrem espaço para que os municípios a serem contemplados no Plano Estadual apresentem suas demandas.

Além de apresentar os diagnósticos, os encontros promovem amplo debate e coleta de propostas e ainda buscam a participação da comunidade na estruturação das estratégias de ação do PEHIS.

Também são realizadas palestras sobre o diagnóstico habitacional do Estado e formados grupos de trabalho para elaboração das estratégias de ação do Plano.

O encontro em Goiânia contemplará um total de 94 municípios Goiânia Região 5 - RMG, Oeste e Centro Veja quadro, abaixo.



Audiência Pública em Goiânia dia 13 de dezembro de 2011

Cronograma
Goiânia Região
RMG, Oeste e Centro.
Abadia de Goiás
Adelândia
Anápolis
Aparecida de Goiânia
Americano
Barro Alto
Aragoiânia



**Assembleia Legislativa
do Estado de Goiás**

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

Amorinópolis
Campo Limpo de Goiás
Bela Vista de Goiás
Anicus
Carmo do Rio Verde
Bonfinópolis
Aragarças
Ceres
Brazabrantes
Arenópolis
Damolândia
Caldazinha
Aurilândia
Goianesia
Caturai
Avelinópolis
Guarinos
Goianópolis
Baliza Hidrolândia
Goiânia
Bom Jardim de Goiás
Ipiranga
Goianira
Britânia
Itapaci
Guapo
Buriti de Goiás
Jaraguá
Hidrolândia
Cachoeira de Goiás
Jesúpolis
Inumas
Caiapônia
Morro Agudo de Goiás
Nerópolis
Campestre de Goiás
Nova América
Nova Veneza
Córrego do Ouro
Nova Gloria
Santo Antonio de Goiás
Diorama
Ouro Verde de Goiás
Senador Canedo
Doverlândia
Petrolina de Goiás
Teresópolis de Goiás
Fazenda Nova



**Assembleia Legislativa
do Estado de Goiás**

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

Pilar de Goiás

Trindade

Firminópolis

Rialma

Total 20 municípios

Iporá

Rianópolis

Israelândia

Rubiataba

Itapirapuã

Santa Isabel

Ivolândia

Santa Rita do Novo Destino

Jandaia

Santa Rosa de Goiás

Juapaci

São Francisco de Goiás

Jussara

São Luiz do Norte

Moiporá

São Patrício

Montes Claros de Goiás

Taquaral de Goiás

Mossâmedes

Uruana

Nazario

Vila Propícia

Novo Brasil

Total de 31 municípios

Palestina de Goiás

Palmeiras de Goiás

Palminópolis

Parauna

Piranhas

Sanclerlândia

Santa Bárbara de Goiás

Santa Fé de Goiás

São João da Parauna

São Luiz de Montes Belos

Turvânia

Total 43 municípios



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

RELATÓRIO DE 2012

Audiências Públicas : Cidades Sustentáveis Totalizando 21 Audiências Públicas

O secretário das Cidades, Igor Montenegro e a Comissão de Habitação Reforma Agrária e Urbana estão juntos na edição da Caravana das Cidades. A primeira cidade a receber o projeto foi Mineiros, em 6 de março. A programação será encerrada no mês de junho, nos dias 13 e 14, em Goiânia.

Durante o evento, são realizadas audiências públicas e oficinas de trabalho com os temas: Observatórios da Mobilidade e Saúde Humanas, Zoneamento Agro econômico e Ecológico, Plano Estadual e Municipal de Saneamento Ambiental e Políticas Públicas de Habitação de Interesse Social.

Goiás foi o primeiro estado a aderir ao Programa Cidades Sustentáveis. O secretário de Cidades, Igor Montenegro, explica a importância da iniciativa: “Isso significa que estamos na vanguarda da sustentabilidade brasileira”. Este programa prevê uma melhor integração entre municípios e Estado, para que possamos transformar em ações concretas a melhoria de vida das cidades goianas. São doze eixos estratégicos, que vão desde o planejamento até a gestão da questão urbana, passando por saneamento, por mobilidade, redução dos acidentes de trânsito e pelo desenvolvimento de um plano mais concreto para resíduos e questões afins. A ideia geral é melhorar a qualidade de vida, promovendo a sustentabilidade integrada das cidades goianas.

Relação das cidades :

09/03/2012 - Inhumas
20/03/2012 - Cristalina
21/03/2012 - Luziânia
27/03/2012 - Formosa
28/03/2012 – Aguas Lindas
03/04/2012 - Itumbiara
10/04/2012 - Niquelândia
11/04/2012 - Uruaçu
12/04/2012 - Porangatu
17/04/2012 – Campos Belos
24/04/2012 - Anápolis
26/04/2012 – Trindade
27/04/2012 – Aparecida de Goiânia
02/05/2012 - Goiás
03/05/2012 - Aruanã
15/05/2012 - Jaraguá
16/05/2012 - Goianésia
22/05/2012 - Morrinhos
23/05/2012 – Caldas Novas
31/05/2012 - Ipameri
05/06/2012 - Iporá



**Assembleia Legislativa
do Estado de Goiás**

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

CRISTALINA



LUZIÂNIA



FORMOSA



ÁGUAS LINDAS



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

Goianésia



A Caravana das Cidades em parceria com a Comissão de Habitação Reforma Agrária e Urbana, vão coletar informações e sugestões dos representantes dos municípios presentes para elaboração dos Planos Estadual e Municipais. Durante o evento foram realizadas audiências públicas e oficinas com os temas: Observatório da Mobilidade e Saúde Humanas, Zoneamento Agro econômico Ecológico, Plano Estadual e Municipal de Saneamento Ambiental e Políticas Públicas de Habitação de Interesse Social. Este programa prevê a integração dos municípios com o Estado, para que possamos transformar ações concretas na melhoria de vida das cidades goianas. São doze eixos estratégicos, que vão desde o planejamento até a gestão de questão urbana, passando por saneamento, por mobilidade, redução dos acidentes de trânsito e pelo desenvolvimento de um plano mais concreto para resíduos e questões afins.

20/06/2012 - Visita in loco dia no Assentamento JK

RELATÓRIO DE ATIVIDADES FINAL DE ATIVIDADES DE 2012

O presente relatório tem por objetivo apresentar as principais atividades desenvolvidas pela Comissão de Habitação Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa de Goiás, no segundo semestre de 2012.

Ao longo do presente semestre, a Comissão realizou atividades de ordem administrativa, legislativa e de pesquisa, através de Reuniões, Audiências Públicas, Visitas Técnicas, Averiguação de denúncias e discussões com a sociedade.

Audiências Públicas : Isaura Lemos quer estudos de impactos com implantação do VLT.

21 de novembro de 2012



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

A deputada Isaura Lemo, apresentou requerimento para solicitar ao governador Marconi Perillo a realização de estudos de impacto ambiental, no trânsito e na vizinhança da cidade de Goiânia com a implantação do Projeto VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), bem como a elaboração de um relatório sobre os eventuais impactos a serem causados pelo projeto.



A parlamentar também apresentou requerimento solicitando ao governador a contratação de um estudo para implantar o metrô no município de Goiânia, no percurso compreendido entre Goianira e Senador Canedo.

Para Isaura Lemos, a implantação do VLT no Eixo Anhanguera não resolverá de vez o problema do transporte público. “O Eixo Anhanguera é uma das linhas de ônibus da nossa capital que melhor atende a nossa população, sem causar os impactos que serão provocados pelo VLT”, afirmou.

A deputada defende a implantação do metrô como solução definitiva para o transporte público da Região Metropolitana de Goiânia (RMG). “Colocará Goiânia em pé de igualdade com as outras capitais (que já possuem o metrô) no que diz respeito à qualidade do transporte público”, afirmou.

Audiências Públicas : Isaura Lemos realiza audiência sobre a violência contra a mulher .

21 de novembro de 2012: Audiência pública por ocasião do Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher foi realizada quarta-feira, 21 de novembro de 2012 no Auditório Solon Amaral da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. O evento é uma iniciativa da deputada Isaura Lemos . O Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher é celebrado em 25 de novembro.



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA



A discussão contará com a presença de diversas mulheres que representam diferentes entidades e órgãos, como secretarias estaduais e municipais da Mulher, Promotoria da Mulher, Juizado da Mulher, delegacias da Mulher, conselhos estadual e municipais da Mulher, Centro de Valorização da Mulher (Cevam), entre outros.

Os dados sobre a violência contra as mulheres são alarmantes. De acordo com o Mapa da Violência 2012 – Homicídio de Mulheres no Brasil, de 1980 a 2010, foram assassinadas no país perto de 91 mil mulheres, sendo 43,5 mil só na última década. O número de mortes nesses 30 anos passou de 1.353 para 4.297, o que representa um aumento de 217,6%, mais que triplicando nos quantitativos de mulheres vítimas de assassinato.

Pesquisa Mulheres Brasileiras nos Espaços Público e Privado, realizada em 2010 pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o SESC, mostra que uma em cada cinco mulheres consideram já ter sofrido alguma vez “algum tipo de violência de parte de algum homem, conhecido ou desconhecido”. Também segundo esse levantamento, o parceiro (marido ou namorado) é o responsável por mais 80% dos casos reportados. Cerca de seis em cada sete mulheres (84%) e homens (85%) já ouviram falar da Lei Maria da Penha e em torno de quatro em cada cinco (78% e 80% respectivamente) têm uma percepção positiva da mesma.

Conforme a 4ª Edição da Pesquisa DataSenado, concluída em fevereiro de 2011, o medo continua sendo a razão principal (68%) para evitar a denúncia dos agressores. Em 66% dos casos, os responsáveis pelas agressões foram os maridos ou companheiros. Outro dado relevante: 66% das brasileiras acham que a violência doméstica e familiar contra as mulheres aumentou, mas 60% acreditam que a proteção contra este tipo de agressão melhorou após a criação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Essa pesquisa indica que



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

o conhecimento sobre a Lei Maria da Penha cresceu nos últimos dois anos: 98% disseram já ter ouvido falar na lei, contra 83% em 2009.



Luta:

O Dia Internacional de Não Violência Contra a Mulher celebrado em 25 de novembro, foi definido no I Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em 1981, em Bogotá, Colômbia. A data foi escolhida para lembrar as irmãs Mirabal (Pátria, Minerva e Maria Teresa), assassinadas pela ditadura de Leônidas Trujillo na República Dominicana.

Em 25 de novembro de 1991, foi iniciada a Campanha Mundial pelos Direitos Humanos das Mulheres, sob a coordenação do Centro de Liderança Global da Mulher, que propôs os 16 Dias de Ativismo em face da Violência contra as Mulheres, começando no dia 25 de novembro e encerrando no dia 10 de dezembro, data de aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Esse período foi escolhido para marcar a luta pela erradicação da violência contra as mulheres e garantia dos direitos humanos.



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

SAIBA MAIS

* De 1980 a 2010, foram assassinadas no país perto de 91 mil mulheres, 43,5 mil só na última década. O número de mortes nesses 30 anos passou de 1.353 para 4.297, o que representa um aumento de 217,6% – mais que triplicando – nos quantitativos de mulheres vítimas de assassinato.

* Duas em cada três pessoas atendidas no SUS em razão de violência doméstica ou sexual são mulheres; em 51,6% dos atendimentos foi registrada reincidência no exercício da violência contra a mulher.

(Fonte: Mapa da Violência 2012 – Homicídio de Mulheres no Brasil)

* Seis em cada 10 brasileiros conhecem alguma mulher que foi vítima de violência doméstica.

* Machismo (46%) e alcoolismo (31%) são apontados como principais fatores que contribuem para a violência.

* 94% conhecem a Lei Maria da Penha, mas apenas 13% sabem seu conteúdo. A maioria das pessoas (60%) pensa que, ao ser denunciado, o agressor vai preso.

* 52% acham que juízes e policiais desqualificam o problema.

(Fonte: Pesquisa Percepções sobre a Violência Doméstica contra a Mulher no Brasil, realizada pelo Instituto Avon / Ipsos entre 31 de janeiro a 10 de fevereiro de 2011)

* 1% dos homens dizem considerar que “bater em mulher é errado em qualquer situação”.

* Uma em cada cinco mulheres consideram já ter sofrido alguma vez “algum tipo de violência de parte de algum homem, conhecido ou desconhecido”.

* O parceiro (marido ou namorado) é o responsável por mais 80% dos casos reportados.

* Cerca de seis em cada sete mulheres (84%) e homens (85%) já ouviram falar da Lei Maria da Penha e cerca de quatro em cada cinco (78% e 80% respectivamente) têm uma percepção positiva da mesma.

(Fonte: Pesquisa Mulheres Brasileiras nos Espaços Público e Privado, realizada em 2010 pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o SESC)

* O medo continua sendo a razão principal (68%) para evitar a denúncia dos agressores. Em 66% dos casos, os responsáveis pelas agressões foram os maridos ou companheiros.

* 66% das brasileiras acham que a violência doméstica e familiar contra as mulheres aumentou, mas 60% acreditam que a proteção contra este tipo de agressão melhorou após a criação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).

* Realizado em 2011, o levantamento indica que o conhecimento sobre a Lei Maria da Penha cresceu nos últimos dois anos: 98% disseram já ter ouvido falar na lei, contra 83% em 2009.



- 07 de dezembro de 2012 – Audiência Pública do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS)

PEHIS COLOCA GOIÁS NA HISTÓRIA DA HABITAÇÃO PLANEJADA :

A conclusão do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS) pela Agência Goiana de Habitação (Agehab) dá início a uma nova fase na história da habitação em Goiás. “Com o PEHIS começa a implementação de uma habitação planejada, organizada e eficiente no combate ao déficit de moradias no Estado”, afirmou o presidente da Agehab,

Marcos Abrão Roriz, na abertura do Seminário Geral de consolidação do Plano de Habitação de Interesse Social do Estado, realizado sexta-feira (07/12), com participação de Maria de Lourdes e Maria Luiza representantes da Comissão de Habitação Reforma Agrária e Urbana e dos movimentos sociais organizados e representantes de vários municípios. De acordo com Marcos Abrão Roriz, a política habitacional do Governo de Goiás já está batendo todas as metas estabelecidas, e agora tem mais um instrumento de avaliação e controle da sociedade para as atividades na área. Ele ressalta que os resultados obtidos foram graças aos mecanismos criados pelo Governo do Estado para fortalecer as parcerias.

“Não criamos projetos para competir com o governo federal e municipal. Pelo contrário, alteramos as regras do Cheque Mais Moradia para atuar em conjunto com todos os programas existentes”, ressaltou Marcos Roriz. O secretário de Habitação de Goiânia, Fernando Santana, presente no Seminário, reafirma a importância das parcerias. Segundo ele, Estado e Município têm de andar de mãos dadas para resolver um dos principais gargalos habitacionais, que é a falta de regularização fundiária em áreas do poder público. Fernando acredita



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

que o projeto habitacional de Goiás será um exemplo para o Brasil. Já o representante da Secretaria de Estado das Cidades, Guilherme de Freitas, relata que o PEHIS não nasceu nem evoluiu a partir de seu corpo técnico, e sim com a contribuição da comunidade e dos movimentos sociais organizados. Várias dessas entidades marcaram presença no Seminário de consolidação do Plano. Na opinião do presidente da Cooperativa Habitacional pelo Direito à Moradia, Reginaldo Eloi Rita, conhecido como Chocolate, a maior vantagem do planejamento é nortear as ações para a redução do déficit.

“Cada um atirava para uma direção, mas a atuação governamental da forma que tem sido feita mostra um caminho único e correto para contemplar a todos”. Antônio Marques de Jesus, da Cooperativa Habitacional Renascer, disse que se sente honrado e valorizado com a abertura proporcionada pela Agehab para participação das entidades. Ele complementa que teve oportunidade de adquirir conhecimento sobre as formas de acesso aos recursos e hoje tem mais facilidade de abordar as famílias que representa.

O superintendente do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), Paulo Timm, avalia que a conclusão do PEHIS é o fechamento de um ciclo, mas que agora outro será iniciado: a implementação das ações estabelecidas. Atualmente, na Agehab, muitas delas já estão em curso. É o caso do apoio técnico prestado aos municípios para regularização fundiária das áreas municipais e para obtenção de recursos para construção de moradias de interesse social. Também consta no planejamento a proposta de beneficiar não só as áreas urbanas, mas também o campo, assim como grupos quilombolas e indígenas, respeitando suas características culturais. Na questão habitacional rural, a Agência já obteve reconhecimento nacional. Em parceria com o Movimento Camponês Popular, executa um programa que é considerado o melhor do País na área, com casas de mais de 80 metros quadrados. Entre as novidades discutidas no PEHIS, estão a criação do aluguel social e a adoção de um sistema de informação habitacional que integre os municípios e governos estadual e federal. Conforme dados do plano, a demanda para incremento de moradias até 2023 será de 473.095 unidades, sendo que a demanda por Melhoria do Estoque habitacional e Regularização Fundiária será de 322.761 intervenções.

Para o presidente da Agehab, a essência do plano consiste na elaboração da estratégia para que, a partir da situação existente (refletida no diagnóstico), se possa construir uma nova realidade, concretizando o objetivo de sanar o déficit. Depois do seminário, a Agehab encaminhará o PEHIS para aprovação da Caixa, para em seguida entregá-lo ao Ministério das Cidades. Na opinião de Marcos Abrão Roriz, assim que o plano for implementado, a sociedade terá à disposição um importante instrumento para exigir o cumprimento das metas pelo poder público. “O PEHIS deve ter força de lei para ser cumprido em sua integralidade”. Apoio técnico aos municípios Concomitantemente à elaboração do Plano Estadual, a Agehab coordenou o maior programa de capacitação para elaboração dos Planos Municipais de Habitação de Interesse Social (PMHIS) do país. Dos 246 municípios goianos, 211 participaram das oficinas realizadas em todas as regiões do Estado. O coordenador do PMHIS de Rio Verde, Juarez Martins, avalia como fundamental a orientação técnica prestada. “A Agehab direcionou nosso trabalho. Conseguimos distribuir as funções dentro



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

do grupo para obtermos o diagnóstico que mais refletisse a realidade do nosso município”. Segundo ele, muitas das necessidades levantadas durante a elaboração do plano já estão sendo sanadas. “Descobrimos a carência e aprovamos na Câmara Municipal uma lei chamada Plano Solidário, para reformas de moradias em áreas de risco”. Outra área que ganhou a atenção da administração municipal foi a de regularização fundiária. De acordo com Juarez, a Agehab já regularizou dois bairros em Rio Verde e outros dois estão em andamento. Agora, foi criada uma lei para definir quais as áreas municipais que serão regularizadas prioritariamente e destinar recursos para que ela sua execução.



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

RELATÓRIO DE 2013

Reuniões da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana
Em 2013, foram realizadas duas reuniões ordinárias e Audiência Pública da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana tratando de temas diversos pertinentes à competência regimental da mesma.

Reunião de Instalação –

2. Atividades da Comissão:

5ª CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS

Cidades:

Caldazinha

Jaraguá

Itumbiara

Trindade

Ao longo do semestre de 2013 muitas foram as atividades desenvolvidas. Entretanto muito há ainda por se fazer. Ainda assim, com muitas à causa da moradia, posse e respeito ao homem (a) em nosso Estado. Temos plena ciência do nosso papel e da responsabilidade que nos cabe para garantir que a moradia e a falta de uma casa seja substituída pelas dignidade humana e por maior justiça social. E para tanto, esta Comissão estará lutando para garantir tal direito.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2013

Isaura Lemos entrega 137 casas do Residencial Nova Conquista em Goianira. A deputada estadual Isaura Lemos, a vereadora por Goiânia Tatiana Lemos e o presidente do Movimento de Luta pela Casa Própria (MLCP), ex-vereador Euler Ivo, entregaram, no último final de semana, 137 casas do Residencial Nova Conquista, no município de Goianira. As outras 155 casas serão inauguradas no dia 13 de abril, quando será entregue de vez o Residencial às famílias do MLCP. O MLCP já tirou mais de 30 mil famílias do aluguel e distribuiu mais de 5 mil cheques-reforma e construção por todo o Estado desde a sua fundação, em 1991.

Lideranças do Residencial JK pedem ajuda para deputada Isaura Lemos. A deputada Isaura Lemos recebeu em seu gabinete lideranças do Residencial JK, loteamento da região Noroeste de Goiânia, entre elas a coordenadora Geovana Rocha Ribeiro. Ela pediu o apoio da deputada para ajudar a solucionar diversos problemas enfrentados pela população local. A primeira demanda diz respeito ao cadastramento das famílias no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), para que possam ser contempladas pelo programa 'Minha Casa Minha Vida'. Sem se cadastrarem



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

nesse sistema, não terão acesso ao programa. O Cadastro Único, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda. Deve ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal.

Isaura Lemos engajada na 5ª Conferência Nacional das Cidades. Presidente da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa e membro do Conselho das Cidades (Concidades), a deputada Isaura Lemos vem contribuindo com a realização das Conferências Municipais com vistas à Conferência Estadual da 5ª Conferência Nacional das Cidades. As conferências municipais estão sendo realizadas desde o dia 1º deste mês e poderão se estender até 1º de junho. As conferências estaduais foram realizadas entre 1º de julho e 28 de setembro e a Conferência Nacional aconteceu de 20 a 24 de novembro, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília (DF).

A deputada estadual Isaura Lemos promove uma série de audiências públicas com o objetivo de debater em 18 microrregiões do Estado alternativas e soluções de desenvolvimento para os municípios pertencentes a elas. “Queremos elaborar projetos para o progresso do interior do nosso Estado, articulados com o governo federal e outros poderes”, explica a parlamentar.

As microrregiões são as seguintes: São Miguel do Araguaia, que compreende sete municípios; Rio Vermelho, com nove municípios; Aragarças, que contém seis municípios; Porangatu, com 19; Chapada dos Veadeiros, com 8 municípios; Ceres (22); Anápolis (20); Iporá (10); Anicuns (13); Goiânia (18); Vão do Paranã (12); Entorno de Brasília (20); Sudoeste de Goiás (18); Vale do Rio dos Bois (13); Meia Ponte (21); Pires do Rio (9); Catalão (11) e Quirinópolis (9).

A primeira microrregião a receber a audiência pública será a de Catalão. A audiência pública será realizada na cidade de Ipameri. A data será definida em breve.

Audiência Pública dia 27 de maio

Aumento da tarifa do transporte coletivo da região metropolitana de Goiânia foi tema de audiência por iniciativa da deputada Isaura Lemos.

A presidente da Comissão da Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa de Goiás, deputada Isaura Lemos (PCdoB), realizou na manhã desta segunda-feira, 27, audiência pública que discutiu o aumento da tarifa do transporte coletivo da região metropolitana de Goiânia.

Audiência Pública dia 28 de maio ,Solidariedade Brasil-Cuba

Audiência pública discutiu, solidariedade entre os dois países. A iniciativa é de Isaura Lemos.

A presidente da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia, deputada Isaura Lemos , realizou na manhã desta terça-feira, 28,



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

no Auditório Solon Amaral da Casa, audiência pública do Comitê Goiano de Solidariedade Brasil-Cuba.

Isaura Lemos recebe famílias das Chácaras São Pedro. A deputada Isaura Lemos, a vereadora Tatiana Lemos e o presidente do Movimento de Luta pela Casa Própria (MLCP), ex-vereador Euler Ivo, receberam as famílias do empreendimento Chácaras São Pedro, área do município de Aparecida de Goiânia onde serão construídos 900 apartamentos. O encontro, que contou com a presença de cerca de 500 famílias, ocorreu no Auditório Costa Lima da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, na noite da última terça-feira, 9. Essa foi a primeira reunião após a assinatura de aquisição da área. Três entidades participaram da assinatura do contrato com a Caixa Econômica Federal, no início deste ano. Entre elas, estão o MLCP, a Associação de Combate à Desigualdade Social (ACODES) e a Associação Cultura, Educação, Moradia, Agricultura e Trabalho (ACEMAT). Serão 300 apartamentos para cada entidade. As famílias contempladas são de baixa renda. Recebem até três salários-mínimos.

Pauta da CCJ traz 39 projetos aptos a serem votados. A pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) traz para a reunião regimental desta terça-feira, 23, a relação de 39 projetos de parlamentares que foram devidamente relatados e, portanto, estão aptos a serem votados. Na oportunidade, ainda serão distribuídos oito novos processos de autoria de parlamentares para relatoria. Dentre as matérias que poderão ter o parecer favorável aprovado na reunião está o de nº 4.393/2012, de autoria do ex-deputado Evandro Magal (PP), que regulamenta e torna obrigatório o repovoamento dos lagos formados pelos reservatórios das usinas hidrelétricas no Estado de Goiás, através da soltura mensal de alevinos cujas espécies fazem parte de seus respectivos habitats naturais.

Conferência Municipal das Cidades visita Caldazinha .A Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, presidida pela deputada Isaura Lemos , promoveu a 5ª Conferência Municipal das Cidades, no município de Caldazinha. O evento aconteceu, na Câmara Municipal de Caldazinha.

Isaura Lemos disse que a expectativa entre os prefeitos dos municípios goianos é grande, porque o tema da 5ª Conferência Nacional das Cidades é muito oportuno: “Quem Muda a Cidade Somos Nós: Reforma Urbana Já!”. O tema é baseado em quatro eixos estruturantes: participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU), Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano (FNDU), instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial e políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade.

Conferência Municipal das Cidades visita Jaraguá .A Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, presidida pela deputada Isaura Lemos , promoveu a 5ª Conferência Municipal das Cidades, no município de Jaraguá. O evento aconteceu Câmara Municipal de



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

Jaraguá. Isaura Lemos disse que a expectativa entre os prefeitos dos municípios goianos é grande, porque o tema da 5ª Conferência Nacional das Cidades é muito oportuno: “Quem Muda a Cidade Somos Nós: Reforma Urbana Já!”. O tema é baseado em quatro eixos estruturantes: participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU), Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano (FNDU), instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial e políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade.

Reunião com INCRA 6 de agosto com representantes de assentamentos rurais

Presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, a deputada estadual Isaura Lemos esteve no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Goiás com o superintendente regional do Incra em Goiás, Jorge Tadeu Jatobá Correia e com representantes de assentamentos rurais de Novo Planalto e Niquelândia para apresentar diversas reivindicações ao superintendente regional do órgão no estado.

5ª Conferência Estadual das Cidades

Isaura Lemos participa da 5ª Conferência Nacional das Cidades nos dias 20 e 21 de setembro, no teatro Rio Vermelho do Centro de Convenções de Goiânia. A deputada também participou da abertura da Conferência, representando a Assembleia Legislativa.

A palestra foi realizada no sábado, 21, às 13h30. O tema será sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano. A deputada é presidente da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa; conselheira titular do Conselho Nacional das Cidades; membro da Coordenação Executiva da 5ª Conferência Nacional das Cidades; conselheira titular do Conselho Estadual das Cidades de Goiás e membro da Comissão Organizadora da 5ª Conferência Estadual das Cidades do Estado de Goiás.

O evento é promovido pela Secretaria de Estado das Cidades. A expectativa é a de que participem representantes de mais de 120 municípios goianos. Serão discutidos problemas e propostas de cada município referente às políticas urbanas e de desenvolvimento social com a sociedade.

Ainda estão na pauta questionamentos como: déficit de moradia, necessidade de saneamento básico, trânsito desordenado e a necessidade de uma reforma urbana que culminará em um desenvolvimento urbano sustentável.

Durante a etapa estadual, serão eleitos os delegados que representarão Goiás na Conferência Nacional. O evento nacional acontecerá de 25 a 28 de novembro, em Brasília. Com base na Conferência Estadual e nas prioridades de cada município, essas demandas serão levadas até o Governo Federal.



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

Conferência Nacional das Cidades do Estado de Goiás

A deputada Isaura Lemos, presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, participa, de 24 a 28 de novembro, da 5ª

Conferência Nacional das Cidades, em Brasília. O tema da conferência é: 'Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana já!'

Isaura Lemos é conselheira titular do Conselho Nacional das Cidades; membro da Coordenação Executiva da 5ª Conferência Nacional das Cidades; conselheira titular do Conselho Estadual das Cidades de Goiás e membro da Comissão Organizadora da 5ª Conferência Estadual das Cidades do Estado de Goiás.

Audiência Pública 'Minha Casa Minha Vida ,Desafios, Conquistas e Avanços'

Isaura Lemos debate 'Minha Casa Minha Vida' em audiência pública amanhã

A deputada Isaura Lemos , presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, realiza nesta quinta-feira, 5, audiência pública para debater o programa do governo federal 'Minha Casa Minha Vida' – Desafios, Conquistas e Avanços. A audiência pública foi realizada no Auditório Solon Amaral da Assembleia Legislativa, e conta com o apoio da vereadora Tatiana Lemos , presidenta da Comissão de Habitação, Urbanismo e Ordenamento Urbano da Câmara Municipal de Goiânia.

O evento tem como objetivo fazer uma análise dos desafios para aprimorar o programa 'Minha Casa Minha Vida' e das conquistas desde a sua implementação. Também pretende apresentar propostas para avançar ainda mais o programa.

Diversos órgãos e entidades da área foram convidados para participar da audiência pública, como secretarias de habitação, prefeituras, entre outros. Contou com a presença a seguir: o secretário de Estado das Cidades, João Balestra , o presidente da Agência Goiana de Habitação (Agehab), Marcos Abrão Roriz, o superintendente da Caixa Econômica Federal em Goiás, Cleomar Dutra, o presidente da União Estadual por Moradia Popular do Estado de Goiás (UEMP-GO), Vidal Barbosa; o prefeito de Campestre, Marcos Alves Ramos; entre outros prefeitos.



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

Deputada Isaura vai a Formosa e se reúne com direção municipal e trabalhadores rurais – 29/04/14



A deputada Isaura Lemos, presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, viajou nesta terça-feira, 29, para o município de Formosa, distante 281 quilômetros de Goiânia.

No período da noite, Isaura se reuniu com a direção do PCdoB do município para debater sobre as questões internas do partido, a conjuntura política e as eleições deste ano.

Na manhã desta quarta-feira, 30, a deputada fez uma reunião com cerca de 60 lideranças de 11 assentamentos e seis acampamentos da região de Formosa e cidades próximas. Foram discutidos assuntos como obras de infraestrutura, projetos produtivos, créditos para os assentamentos, educação, saúde, entre outros.

Uma das bandeiras de luta da deputada Isaura Lemos é a reforma agrária e a agricultura familiar. Tão logo assumiu o mandato como deputada, criou a Comissão de Reforma Agrária da Assembleia, da qual hoje é presidenta.



Isaura Lemos realiza audiência pública para debater desapropriação da Fazenda Córrego Rico, em Itauçu – dia 18/11/14



Foto: Y. Maeda

Presidente da Comissão de Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), a deputada Isaura Lemos fez avaliação positiva da audiência pública realizada nesta terça-feira, 18, no Auditório Solon Amaral, da Assembleia, para debater a desapropriação da Fazenda Córrego Rico. Trata-se de uma propriedade de 151 alqueires ou 771 hectares do estado de Goiás localizada no município de Itauçu, onde a ONG Pró-Cerrado mantém local de assistência a dependentes químicos; bem como uma base da ONG Banco Florestal, que desenvolve projeto de preservação ambiental com retorno financeiro.

Compuseram a mesa dos trabalhos, presidida pela deputada Isaura Lemos: Jorge Tadeu Jatobá, superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em Goiás; Antônio Sêneca, superintendente de Desenvolvimento Agrário e Fundiário da Secretaria de Estado da Agricultura (Seagro); Zelito Silva, coordenador do Movimento Popular Terra Livre; e Fabrício Bonfim, secretário executivo da Comissão Estadual da Verdade e superintendente estadual de Direitos Humanos, que representou o vice-governador José Eliton no evento. No final, assentou-se à mesa a presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego), Bia de Lima.

Participaram ainda da reunião, que teve apoio da vereadora Tatiana Lemos, líder do PCdoB e presidente da Comissão de Habitação, Urbanismo e Ordenamento Urbano na Câmara Municipal de Goiânia, representantes das seguintes entidades: Ministério de Desenvolvimento Agrário em Goiás (MDA), Federação dos Trabalhadores na



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

Agricultura do Estado de Goiás (Fetaeg), Central de Cooperativas de Agricultura Familiar do Estado de Goiás (CECAF), da Pastoral da Terra em Goiás, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento Terra Livre (MTL), Via Campesina em Goiás, dentre outras entidades e órgãos, inclusive líderes de movimentos populares que lutam por moradias.

Avanços

Isaura Lemos enfatizou que houve alguns avanços na questão. Entre eles, a deputada cita o compromisso do superintendente regional do INCRA, Jorge Jatobá, de se empenhar junto ao governo estadual pela desapropriação da terra. Inclusive, Jatobá assegurou que o INCRA fará a devida indenização ao governo estadual e, de posse da terra, fará o projeto de assentamento das famílias que já estão acampadas nas proximidades da área; bem como outros projetos de assentamentos regulares. “Estamos batalhando por uma legislação que facilite o desenvolvimento dos assentamentos rurais”, frisou Isaura Lemos.

A deputada também se dispôs a liderar um movimento com vistas a mais investimentos na reforma agrária por parte do governo federal. Ela fez um relatório no início da audiência pública, mostrando que houve três vezes mais investimentos em reforma agrária nos governos de Fernando Henrique e de Lula do que no primeiro governo de Dilma Rousseff. “É importante a obtenção de terras. Mas não é qualquer terra e de qualquer jeito. É fundamental ir para a terra com melhorias reais de condições de vida”, ressaltou.

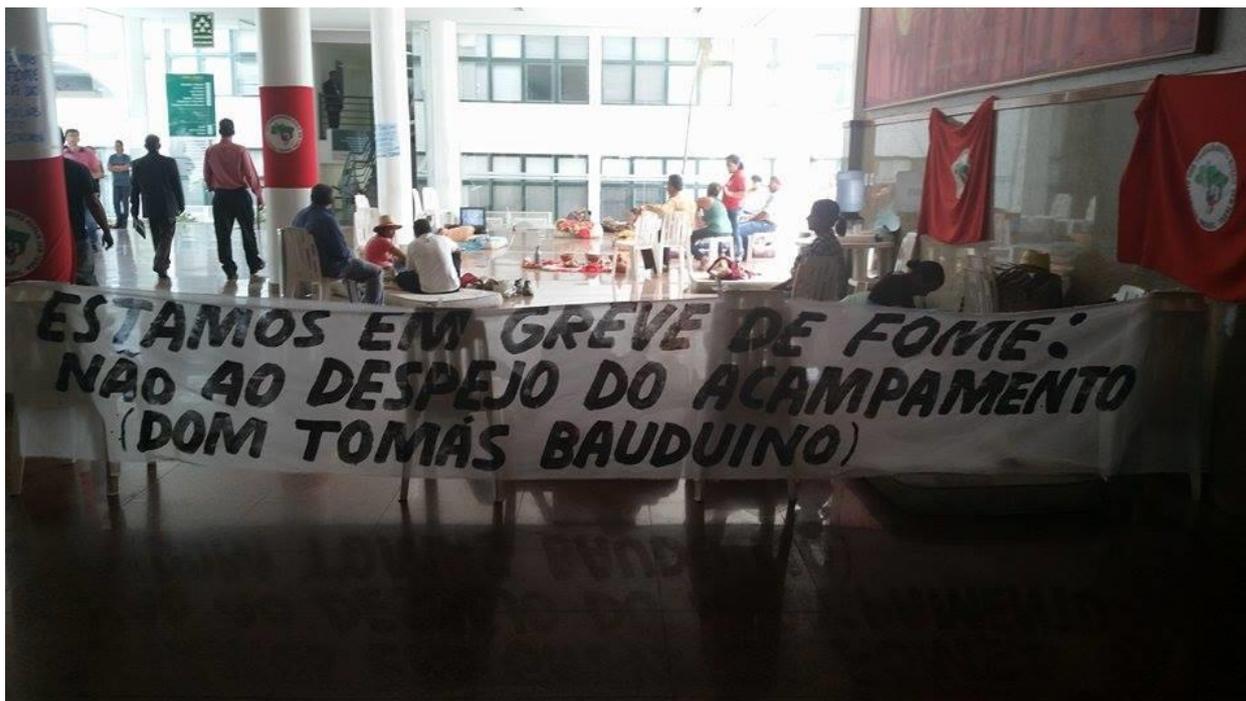
Antônio Sêneca e Fabrício Bonfim também se manifestaram em favor de novos assentamentos com melhor infraestrutura. Sêneca, inclusive, reconheceu seu equívoco, ao afirmar que a área de terra da Fazenda Córrego Rico não pertencia ao estado. “Realmente houve um equívoco de minha parte, mas o importante é que o governo do estado está disposto em investir em novos assentamentos em parceria com o governo federal”, colocou.

Para Zelito Silva, a fazenda sendo transformada em assentamento vai gerar trabalho e renda para centenas de pessoas, movimentará a economia da região, sobretudo com o aumento da produção de alimentos. Segundo ele, a agricultura familiar é responsável por 75% de toda produção de alimentos que vai para a mesa dos brasileiros; e por três quartos dos postos de trabalho gerado no campo. “O custo médio para gerar um posto de trabalho no campo é mais barato que todos os outros ramos de atividades, seja econômica, industrial, de comércio ou de serviço”, frisou o líder do Movimento Terra Livre.

Os trabalhadores sem terra que discursaram no evento manifestaram otimismo em relação a uma resposta favorável por parte do governador Marconi Perillo. Viviane Londres ressaltou que foi entregue um projeto para o governo estadual, que envolve não apenas escola, mas, também, contrapartida de produção de alimentos para o estado. O otimismo se deve, principalmente, porque o INCRA tem interesse real em adquirir a área, através de desapropriação, para fazer ali assentamentos com a devida infraestrutura de desenvolvimento.



MST faz greve de fome para evitar despejo de famílias acampadas na fazenda do senador Eunício Oliveira e Isaura Lemos usa a palavra na Tribuna para demonstrar preocupação sobre o impasse – 18/11/14



Para evitar o despejo de mais de 3 mil famílias que estão acampadas na fazenda Santa Mônica de propriedade do Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), dezenas de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizam, na tarde desta terça-feira (18), uma greve de fome, por tempo indeterminado, na Assembleia Legislativa de Goiás.

Durante discurso na tribuna, em sessão ordinária nesta terça-feira, a deputada Isaura Lemos, presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, manifestou preocupação com essas famílias, que correm o risco de serem despejadas através da execução da reintegração.

A Fazenda Agropecuária Santa Mônica está localizada entre os municípios de Alexânia, Abadiânia e Corumbá do estado de Goiás. A propriedade é um complexo de mais de 20 mil hectares e autodeclaradas improdutivas, e que já foi flagrada com 33 trabalhadores e trabalhadoras em situação análoga à escravidão. Após uma operação de resgate realizada pelo Ministério Público do Trabalho, os integrantes do MST acamparam na área pedindo a desapropriação da terra.

Porém, o Tribunal de Justiça do estado de Goiás (TJ-GO) concedeu limitar que autorizou a reintegração de posse e a retirada das famílias acampadas com o apoio da



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

força policial até o dia 24 de novembro de 2014. Apesar de o MST entrar com o pedido de reconsideração da liminar de reintegração, o movimento decidiu fazer greve de fome para sensibilizar as autoridades e evitar um eminente risco de grave conflito social.

“No período eleitoral, tudo transcorreu sem problemas. Agora, antecipam de terça-feira para sexta-feira próxima a data para esta execução”, disse a deputada, lembrando a tragédia ocorrida no Parque Industrial em 2002, no segundo governo de Marconi Perillo.

Segundo informações recebidas pela deputada, 5 mil policiais estariam se preparando para a executar a reintegração de posse. “Peço ao líder do Governo, deputado Fábio Sousa, e ao deputado Marcos Martins, que busquem bons resultados para ambas as partes.”

2015

1.Reuniões da Comissão de Habitação Reforma Agraria e Urbana.

Reunião de Instalação -3 de março

2. Atividades da Comissão

-Audiência na Câmara Federal em Brasília com Deputado Daniel Vilela no dia 31 março, sobre o Projeto de Lei-PL 519/2015.

- Audiência na Câmara Federal em Brasília com Deputado Daniel Vilela e Leo Coimbra no dia 14 março, abril o Projeto de Lei-PL 519/2015.

3.Atividades no decorrer do semestre

- Integrantes do MST desocupam Fazenda Santa Mônica.

Os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que estavam desde o dia 21 de junho a Fazenda Santa Mônica, do senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), desocuparam a propriedade localizada entre as cidades de Corumbá e Alexânia, no interior de Goiás, nesta terça-feira, dia 7.



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA



A fazenda já havia sido ocupada em agosto de 2014 e, segundo o MST, a reocupação teria se dado devido ao descumprimento do governo federal de assentar cerca de 1,1 mil famílias de sem-terra em até 60 dias após a desocupação da fazenda.

De acordo com o coordenador do MST em Goiás, José Valdir Misnerovicz, a desocupação, na terça-feira, teve início após acordo entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o governo estadual e o MST. “A desocupação faz parte do processo de luta. Foi feito um compromisso de assentar todas as famílias (cerca de 2 mil) cadastradas até o final deste ano”, disse Valdir. Segundo o coordenador, o governo irá liberar 30.500 hectares de terra até o fim do ano para contemplar todas essas famílias.

A primeira área, com cerca de 5 mil hectares, no município de Barro Alto, será liberada dentro de 15 dias. Será desapropriada por interesse público em caráter excepcional. “Se fosse pelo rito normal, essa área só seria liberada em setembro. Mas graças a esse instrumento, sairá em 15 dias”, comemora Valdir.

Na avaliação do coordenador do MST em Goiás, as famílias que desocuparam a Fazenda Santa Mônica estão satisfeitas com o processo de negociação. “Foi um avanço significativo. Agora elas irão para uma área com disponibilidade para plantio. Já podem contar com a próxima safra.”



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

“Queremos agradecer em especial a deputada Isaura Lemos, que esteve presente na Santa Mônica, praticamente no dia em que os trabalhadores ocuparam a fazenda, dando todo o seu apoio”, afirmou. “A deputada é uma defensora da reforma agrária, da agricultura familiar”, ressaltou. Isaura Lemos é presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa.

4-Isaura Lemos leva reivindicações a prefeito de Palmeiras de Goiás

A deputada Isaura Lemos, presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, teve audiência, na manhã desta quinta-feira, 18, com o prefeito do município de Palmeiras de Goiás, Alberane de Sousa Marques. A parlamentar apresentou reivindicações relacionadas ao Assentamento de Canudos, localizado a aproximadamente 70 quilômetros de Goiânia, com uma área de 12.773 hectares, onde estão assentadas 337 famílias.

Participaram também da audiência Eloio Francisco da Silva, presidente da Associação Camponesa dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Canudos (ASCATTC); Marcos Dias, secretário de Campo do PCdoB em Goiás; e André Luiz do Nascimento, secretário de Movimentos Sociais do PCdoB/GO.

Isaura Lemos solicitou ao prefeito maior agilidade na inclusão das famílias do Assentamento no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O PNAE, implantado em 1955, contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional. O PPA, criado pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

A deputada solicitou ainda a Alberane melhorias nas estradas vicinais que dão acesso ao Assentamento Canudos, uma vez que encontram-se tomadas por buracos. Foi pedido também mais policiamento rural para a região.

- Isaura Lemos leva demandas à Agehab



A deputada Isaura Lemos (PCdoB), presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, se reuniu, nesta terça-feira, dia 12, com o presidente da Agência Goiana de Habitação (Agehab), Luiz Stival, para tratar da regularização fundiária de bairros em Goiânia, Bela Vista de Goiás, Crixás e Mairipotaba.

Entre as solicitações, está a retomada do cadastramento das famílias da região Noroeste de Goiânia para a efetivação dos lotes remanescentes. “Essas famílias que ainda não receberam as devidas escrituras estão aguardando ansiosamente a regularização de suas moradias”, disse Isaura.

A parlamentar também solicitou ao presidente da Agehab a regularização fundiária do Setor Bairro Anhanguera II, localizado na região Sudoeste da capital, com o cadastramento das famílias e demais procedimentos necessários ao processo de regularização.



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

Também foi solicitada a regularização fundiária dos seguintes setores de Mairipotaba: Bairro Municipal, Setor Cristalina Augusta, Residencial Mairi e Vila Mutirão. “Com exceção do Residencial Mairi, todos os outros são bairros antigos. As famílias ainda não receberam as escrituras e aguardam esse momento há muitos anos”, disse a deputada.

Em Bela Vista de Goiás, a deputada Isaura solicitou informações de quando serão entregues as escrituras dos cerca de 110 moradores do Conjunto Pérola do Sul. “Muitas famílias desse setor já receberam a escritura, porém, as demais ainda aguardam esse benefício.”

A deputada Isaura solicitou ainda ao presidente da Agehab providências quanto à regularização de 100 casas em Crixás, no Setor Morada do Sol I, do Programa Meu Lote Minha Vida (de 1998), e outras 50, localizadas no mesmo bairro, do Programa Mutirão da Moradia (de 1995).

A deputada Isaura Lemos, presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, participou, na manhã desta terça-feira, 28, da entrega de 23 casas construídas pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), em Itaberaí. A entrega foi realizada pela Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado de Goiás (Fetaeg), por meio de sua Secretaria de Políticas Sociais, juntamente com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itaberaí.

Além da entrega das 23 unidades habitacionais, também foram assinados os contratos modalidade reforma do PNHR para 42 famílias – 29 de Itaberaí e 13 de Guaraíta.

Na última parte da solenidade, foi feita uma visita ao biodigestor instalado em uma propriedade do município. Essa é uma tecnologia para a produção de biogás e foi possível graças aos investimentos do Fundo Socioambiental Caixa. Trata-se de um projeto que, além de beneficiar a saúde das famílias, também proporciona economia e preservação do meio ambiente. “É um benefício que veio para agregar a vida do trabalhador rural”, afirma a deputada Isaura Lemos.



**Assembleia Legislativa
do Estado de Goiás**

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

6- A deputada Isaura Lemos foi reeleita presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa para o biênio 2015-2016 da 18ª Legislatura. A eleição foi realizada no dia 3 de março, no Auditório Solon Amaral, durante a reunião de instalação da Comissão.



A reunião contou com a presença dos deputados titulares Isaura Lemos, Luís César Bueno, Talles Barreto, Francisco Oliveira, Lissauer Vieira, José Nelto, Júlio da Retífica e dos suplentes Daniel Messac, Lincoln Tejota, Marlúcio Pereira, Jean, Simeyson Silveira, Paulo Cezar Martins e delegada Adriana Accorsi.

Isaura Lemos conclamou os membros presentes para uma profícua gestão à frente da Comissão. Ficou acordado que se reunirão quinzenalmente às quintas-feiras na Assembleia Legislativa.



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA



A deputada Isaura Lemos (PCdoB), presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, está em Brasília, nesta terça-feira, 14, para uma audiência com os deputados federais Lelo Coimbra (PMDB-ES) e Daniel Vilela (PMDB-GO). O objetivo do encontro é discutir o projeto que trata sobre a Lei Geral das Cooperativas (PL 519/2015), na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados. Também participarão da audiência representantes da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol) e Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab). Isaura Lemos é defensora da agricultura familiar.

Lelo Coimbra é o relator do projeto. Cabe ao relator, que faz parte da diretoria da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), o trabalho de analisar o mérito da matéria e emitir parecer sobre o projeto, realizando alterações no texto, caso julgue necessário.

Entre as principais proposições contidas na Agenda Institucional do Cooperativismo, o PL 519/2015 tem sido acompanhado com bastante atenção pelo Sistema OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) no Congresso



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

Nacional, sendo tema de debate contínuo com dirigentes e técnicos de organizações estaduais e de cooperativas de todo o país.

A ideia central é que a legislação cooperativista seja adaptada às necessidades reais e atuais das sociedades cooperativas sem, entretanto, necessitar de uma revogação total, o que romperia a ordem legal vigente.

No Senado Federal, a matéria tramitou na forma do Projeto de Lei do Senado (PLS) 03/2007. Em maio de 2014, o senador Waldemir Moka (MS) apresentou e aprovou seu parecer na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Em seguida, a proposição foi enviada para deliberação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de forma terminativa. Na comissão, o parecer da relatora, senadora Gleisi Hoffmann (PR), foi aprovado em dezembro de 2014.

Na Câmara dos Deputados, além da CTASP, o projeto ainda precisa tramitar nas Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC); Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), antes de seguir para a sanção. Caso sofra alterações, a matéria retorna para a análise do Senado Federal.



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

Relatório da Reunião de Conciliação da Comissão de Conflitos Fundiários, no conflito entre os posseiros que invadiram a Fazenda Várzea da Ema e Fazenda Mário Moraes, em Santa Helena de Goiás, e os donos das preditas fazendas.

Goiânia, 02 de setembro de 2015.

Maria de Lourdes Silva
Secretária

Sandra Marcelino Lopes
Assistente Legislativo

Relatório da reunião de conciliação da Comissão de Conflitos Fundiários, sobre o conflito entre as famílias que invadiram área da Fazenda Várzea da Ema e Fazenda Mário Moraes, e seus proprietários, no município de Santa Helena de Goiás.

A Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana, presidida pela nobre Deputada Isaura Lemos, em razão de sua competência elencada abaixo, acompanhou, como ouvinte, a reunião de conciliação da Comissão de Conflitos Fundiários, da Secretaria de Segurança Pública, presidida pelo Coronel Edson Costa Araújo, conforme consta neste relatório. Fizeram parte da reunião, representantes do Ministério Público, do Legislativo, da OAB/GO, do MST, dos proprietários da fazenda em litígio e seus representantes legais

Das Comissões Permanentes e sua Competência

Parágrafo único. Compete às comissões permanentes, além de outras atribuições definidas neste Regimento:

I – discutir e votar projetos de lei que dispensarem, na forma deste Regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso deferido de um décimo dos membros da Casa;

II – convocar Secretário de Estado ou autoridades equivalentes, bem como dirigentes de entidades da administração descentralizada para prestarem, pessoalmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da convocação, informações sobre assunto previamente determinado, mediante requerimento, nos termos do § 1º do art. 175;

III – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

IV – receber petições, reclamações, representações de qualquer pessoa, contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI – apreciar programas, obras e planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e, sobre eles, emitir parecer;

VII – converter, se considerado necessário, em diligência qualquer proposição, para comprovação de requisitos legais ou juntada de documentos;

VIII – manifestar sobre a organização ou reorganização dos órgãos da Administração Direta ou Indireta relacionada aos seus respectivos campos temáticos ou áreas de atuação.



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

Art. 45. São os seguintes os campos temáticos, áreas de atuação e competências de cada Comissão Permanente:

XVI – Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana:

- a) tratar das políticas pertinentes à Habitação, Reforma Agrária e Urbana no âmbito do Estado de Goiás;
- b) promover estudos e levantamentos das áreas disponíveis ou próprias ao atendimento da demanda real, para a habitação urbana e assentamentos rurais, implementando a Reforma Agrária e Urbana;
- c) buscar o desenvolvimento planejado, harmônico, preservando o Meio Ambiente, para os municípios de Goiás, assim como, buscar a correção das anomalias já existentes;
- d) priorizar o atendimento aos moradores das áreas de risco, favelas e aos portadores de deficiências, propondo regularização da documentação das posses ou loteamentos organizados;
- e) fiscalizar e garantir a elaboração criteriosa da lista limpa de todos os beneficiários dos programas habitacionais e de assentamentos rurais organizados nos últimos governos;
- f) propor a desapropriação de área para fins sociais visando atender as necessidades urbanas e rurais, bem como a aquisição de lotes urbanizados para serem adquiridos por famílias carentes, com prioridade aos portadores de deficientes e favelados;
- g) garantir junto aos órgãos competentes orientação técnico-jurídica para os assentamentos urbanos e rurais em cada município;

Aos dois dias de setembro do corrente ano, às 15h45 (quinze horas e quarenta e cinco minutos), na Sala de Reuniões do Centro Integrado de Inteligência, Comando e Controle, localizado no prédio da Secretaria de Segurança Pública e Justiça, nesta capital ocorreu a reunião da Comissão de Conflitos Fundiários, com a presença de seus membros natos e convidados, conforme Ata da Reunião anexa. Vale ressaltar, que a referida Comissão foi criada através da Portaria nº 848/2011SSPJ em decorrência do Decreto nº 5.642, de 19-08-2002. Na reunião em tela, presidida pelo Cel. PM R/R Edson Costa Araújo, foi discutido o Mandado de Reintegração de Posse de área rural denominada Fazenda Várzea da Ema e Fazenda Mário Moraes, localizadas no Município de Santa Helena de Goiás, conforme Ordem Judicial proferida pela Excelentíssima Juíza Aline Freitas da Silva, da Comarca de Santa Helena de Goiás-GO, Processo nº 306094-02.2015.8.09.0142. Foi informado durante a reunião, pelo Cap. PM J. Júnior, comandante da 21ª CIPM, que a ocupação de área da fazenda realizou-se no dia 23 de agosto de 2015; que a Ordem Judicial foi emitida e notificada no dia 24 de agosto de 2015; que a PM e o Oficial de Justiça não conseguiram identificar os representantes dos invasores, constando de 600 pessoas, com informações de poderem chegar a 1.200 pessoas, e que algumas famílias eram de ex-funcionários da Usina Santa Helena e as demais vieram de um acampamento da cidade de Jataí. Vale ressaltar, que a Usina Santa Helena está em litígio com a União por Ação de Execução Fiscal, e que houve um acordo de adjudicação de oito áreas da Usina para Reforma Agrária, com espaço para oito assentamentos, no total de 5.800 (cinco mil e oitocentos) hectares. Presente à reunião, o Superintendente



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

Regional do INCRA, Doutor Jorge Tadeu Jatobá Correa, disse que o INCRA não pode afirmar categoricamente que a área de ocupação esteja dentro da área da Usina, mas que o nome da Fazenda Várzea da Ema, de acordo com o conhecimento do INCRA é da Usina Santa Helena. Com a adjudicação de terras da Usina para Reforma Agrária, devido às dívidas com a União, torna-se necessário verificar se a região de ocupação faz parte dos imóveis adjudicados. Disse que o mais correto é aguardar o final do julgamento do processo da Usina, mas que o Ministério Público e a Juíza de Santa Helena estão analisando se a área está no processo de Execução Fiscal. Com a palavra, o Meritíssimo Juiz Sebastião Assis, representante do TJGO esclareceu que as pendências judiciais com relação à Recuperação de Posse deste imóvel não invalidam o cumprimento da Decisão. Com a palavra, um dos advogados dos proprietários da fazenda, informou que a fazenda foi obtida por Usucapião e que tem em mãos documentos que comprovam tudo o que foi dito. Disse, também, que é uma área produtiva, com plantações de feijão e soja. Afirmou, também, que houve uma permuta com a Usina no que concerne aos imóveis. Segundo informações dos representantes legais, a área invadida está em uma reserva florestal, dentro da fazenda e que por isto também, o município tem total interesse na desocupação da área. De acordo com o líder do Movimento dos Sem Terra – MST -, senhor José Valdir Misnerovicz, o acampamento é composto de famílias que vieram de Jataí-Go, e também de ex-funcionários da usina predita. Disse que as famílias que vieram de um acampamento em Jataí, foram expulsas de lá e que por saberem da adjudicação de terras da Usina para Reforma Agrária, resolveram, juntamente com os ex-funcionários da Usina, invadir a área, antecipando o assentamento. Disse também, que as crianças já estão matriculadas no Grupo Escolar local, o que deverá causar muito transtorno em caso de saída do local.

O coronel Edson, explicou que, até para ter argumentos junto à Juíza é preciso acatar a Decisão para desocupar a área, pois em vista das informações transmitidas pelos membros do MST, INCRA E TJGO, não há motivo para que não ocorra saída pacífica, devendo os membros do MST, aguardarem as deliberações resultantes destas demandas judiciais. O presidente da Comissão solicitou ao Superintendente Regional do INCRA que viabilize uma reunião do Ouvidor Agrário Nacional, Desembargador Gercino José da Silva Filho com os representantes do MST, e que o juiz Sebastião Assis interceda junto ao Judiciário responsável pela Decisão, com o objetivo de marcar uma reunião junto com os membros da Comissão de Conflitos Fundiários e representantes do MST. Em resumo, ficou acordado no final da reunião por deliberação da Comissão que a data limite da saída pacífica será até às 19h (dezenove horas) do dia 13 de setembro de 2015 (domingo) e que, no descumprimento da Decisão, o Comando da Polícia Militar e da Polícia Civil ficam autorizados a deflagrar a Operação de retirada coercitiva a partir de 14 de setembro de 2015. Ficou acordado, também, que até o dia 7 de setembro de 2015, (segunda-feira), o representante do MST, Senhor Valdir informará o resultado da reunião com os acampados na área a ser reintegrada e informará o local que os mesmos desejam apoio para se deslocarem, quando da desocupação. Ficou acordado também, que a Ouvidoria da SSP/GO fará o acompanhamento, caso



**Assembleia Legislativa
do Estado de Goiás**

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

haja saída coercitiva, e que, a ação deverá ser dentro do Procedimento Operacional Padrão da PMGO.

Em resumo, a reunião da Comissão de Conflitos Fundiários após todas as considerações das partes e firmado o acordo para a melhor solução para o conflito encerrou seus trabalhos às 17h10 (dezessete horas e dez minutos).

Ressalta-se, que a Ata da Reunião da Comissão de Conflitos Fundiários encontra-se anexada a este Relatório.

Eis o relatório,

Maria de Lourdes Silva
Secretária da Comissão

Sandra Marcelino Lopes
Assistente Legislativo

Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana, em Goiânia, 03 de setembro de 2015.



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

Memória de Reunião

Data 02 / 09 /2015 Local: sala do CIICC Início: 14:45 h Término:
15:20

Às 14:45 horas do dia 02 de setembro de 2015, na Sala de Reuniões do Centro Integrado de Inteligência, Comando e Controle, no prédio da Secretaria de Segurança Pública e Administração e Penitenciária, nesta Capital, reuniram-se os membros natos e os convidados da Comissão de Conflitos Fundiários, criada através da Portaria nº 848/2011/SSPJ em decorrência do Decreto n.º 5.642, de 19.08.2002, conforme lista de presença anexa. A reunião foi presidida pelo Cel R/R Edson Costa Araújo Superintendente Executivo da Administração Penitenciária representante de Joaquim Figueiredo Mesquita, Secretário da Segurança Pública e Administração Penitenciária. Na pauta da reunião foram discutidas as medidas que serão adotadas para a Reintegração de Posse da área rural na faixa da Ferrovia Norte-Sul, no município da Cidade de Goianira - GO, Processo nº 24854-44.2015.4.01.3500. Ao iniciar a Reunião, o Cel Edson após cumprimentar todos e agradecer as presenças, passou a palavra ao O Coronel Lemos, Comandante do 3º CRPM-Anápolis, o mesmo delegou ao Major PM Marcelo, representante da 48ª CIPM, que relatou a existência de 250 (duzentas e cinquenta) pessoas no local, que no local há adultos e crianças, que estas pessoas são as mesmas da invasão anterior no bairro Solar da Paineiras, também localizado no município de Goianira, que no local há permanência de poucas pessoas e que as habitações são de lona. O senhor Elias Roberto, representante da Prefeitura de Goianira, ao fazer uso da palavra esclareceu que conforme foi acertado na reunião anterior da CCF, a Prefeitura disponibilizou pessoal e materiais para o Cadastro no Programa Minha Casa Minha Vida, no entanto, os requeridos não aceitaram preencher o referido cadastro, que para o grupo que saiu pacificamente foi disponibilizado o transporte por parte de Prefeitura e dos requerentes. Ao usar a palavra o Ouvidor da SSP, Sr. Italuzy, questionou se é possível uma nova disponibilidade de Cadastro dos invasores, o senhor Elias respondeu que em virtude de uma ocorrência policial registrada por causa de um desentendimento entre os membros da Prefeitura de Goianira e os invasores e por ter resultado em depredação do prédio municipal, não há mais intenção do poder executivo de Goianira de realizar o cadastro destes invasores, principalmente por identificarem que os mesmos não são moradores do município, mas será disponibilizado para os requeridos o apoio de transporte para a efetivação da retira pacífica. Ao final os membros da Comissão de Conflitos Fundiários, deliberaram QUE a saída pacífica será até o dia 08-setembro-2015 (terça-feira); QUE: no descumprimento da decisão o Comando da Polícia Militar e da Polícia Civil fica autorizado a deflagrar a Operação de retirada coercitiva a partir do dia 09-setembro-2015(quarta-feira); QUE a Ouvidoria-SSP fará o acompanhamento da desocupação coercitiva; QUE: a ação deverá ser dentro do Procedimento Operacional Padrão da PMGO. O Cel Edson deu por encerrado os trabalhos da reunião 15:20 horas, agradeceu a presença de todos, mandando que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida e achada



**Assembleia Legislativa
do Estado de Goiás**

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

conforme, vai devidamente assinada pelos presentes (lista anexa), e por mim, 1ª Ten QOAPM Telma Lúcia Bernardes, secretária da CCF, que a redigi. Sendo que a mesma será encaminhada às partes através do correio eletrônico.

Reunião da Comissão de Conflitos Fundiários
Reintegração Ferrovia Norte-Sul – Goianira/GO
02/09/2015

Lista de Presença

(Assinatura lista em anexo)
Coronel Edson Costa Araújo
Superintendente Executivo de Adm. Penitenciária
Resp. pela Presidência da Comissão de Conflitos Fundiários

(Assinatura lista em anexo)
Dr. Sebastião José de Assis Neto
Meritíssimo Juiz de Direito - TJGO
Representante do Núcleo Agrário - TJGO
Membro

(Assinatura lista em anexo)
Dra. Suelena Carneiro C. F. Jayme
Ilustríssima Promotora de Justiça – MPGO
Presidente do CAO Ambiente - MPGO
Membro

(Assinatura lista em anexo)
Del Renata Cheim
Representante da Polícia Civil
Membro

(Assinatura lista em anexo)
Dr Italuzy Toledo Nascimento
Ouvidor Geral da SSP-GO



**Assembleia Legislativa
do Estado de Goiás**

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

Membro

(Assinatura lista em anexo)
Cristiane Franco da C.B. Sales
Representante da Ouvidoria Geral da SSP-GO
Membro

(Assinatura lista em anexo)
Coronel PM José Antônio de Lemos Filho
Comandante do 3º Comando regional da PMGO
Convidado

(Assinatura lista em anexo)
Maj PM Marcelo Fernando de Souza
Subcomandante da 48ª CIPM
Convidado

(Assinatura lista em anexo)
Cap PM Leonardo Bernardes Melo
Representante da 3ª Seção do Estado Maior da PMGO – PM/3
Membro

(Assinatura lista em anexo)
Adalberto Evangelista Sampaio
Representante da VALEC – Requerente
Convidado

(Assinatura lista em anexo)
Lilian Bueno Ferreira
Representante da VALEC – Requerente
Convidado

(Assinatura lista em anexo)
Lucas Wilson Caixeta Soares
Representante da VALEC – Requerente
Convidado

(Assinatura lista em anexo)



**Assembleia Legislativa
do Estado de Goiás**

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

Adalberto Evangelista Sampaio
Representante da VALEC – Requerente
Convidado

(Assinatura lista em anexo)
Elias Roberto dos Santos
Representante da Prefeitura de Goianira
Convidado

(Assinatura lista em anexo)
Gilson Jader Gonçalves Vieira Filho
Advogado do Requerente - VALEC
Convidado

(Assinatura lista em anexo e na via original da Ata)
1ª Ten QOAPM Telma Lúcia Bernardes
Secretária da Comissão de Conflitos Fundiários da SSP/GO



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA



A deputada Isaura Lemos, presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, é defensora das bandeiras de habitação e reforma agrária e urbana. No seu primeiro mandato, Isaura criou a Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa, da qual é hoje a presidenta.

Atua como mediadora nos conflitos agrários, defende os trabalhadores rurais assentados e acampados. Colocou-se sempre em defesa da reforma agrária por entender que a terra deve cumprir a sua função social. Defende a agricultura familiar, que é responsável por 70% dos produtos que alimentam nossa população, com mais crédito, assistência técnica e infraestrutura.

“A reforma agrária, emparedada por poderosos interesses de grandes proprietários rurais, precisa ser realizada. A produção capitalista dominante no campo gera uma realidade contrastante entre propriedades de produção intensivo-moderna e de produção extensiva atrasada. A reforma tem uma finalidade econômica e social progressista. O êxito da reforma agrária na etapa atual depende da concentração da luta em torno de um alvo definido: eliminação da grande propriedade territorial improdutiva e aproveitamento das grandes parcelas de terras devolutas do Estado. A terra deve ser parcelada em forma de propriedade familiar, em regime cooperativo, com acesso ao crédito e à técnica, a equipamentos, preços mínimos, seguro agrícola, e direcionada para uma agroindústria avançada”, afirma a presidenta da Comissão.

Isaura Lemos atua também mobilizando a população para que a cidade seja um direito de todos, que atenda ao interesse da população e não apenas do setor imobiliário. A parlamentar faz parte do Conselho Nacional das Cidades na luta pela reforma urbana.



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

RETROSPECTIVA ENTRE 2009-2015

Agradecimentos

A Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana agradece de modo especial, a todos os funcionários e departamentos desta Casa de Leis, pelos serviços prestados deste mandato, pois sem estas pessoas sabemos que não seria possível a realização dos trabalhos desta Comissão.

Agradecimentos em especial aos servidores DIONÍSIO MARANHÃO JAPIASSU NETO, (aposentado) , ULISSES RESENDE DE ASSIS BRITO.

- Coordenadoria de Apoio Legislativo
- Chefia de Apoio às Comissões Técnicas
- Coordenadoria de Apoio Parlamentar
- Assessoria da Diretoria Geral

Departamentos:

- Departamento da TV Assembleia e Rádio
- Departamento de Almojarifado
- Departamento de Cerimonial
- Departamento de Copa
- Departamento de Audiofonia
- Departamento de Documentação, Informação e Atividades Culturais
- Departamento de Imprensa
- Departamento de Manutenção e Limpeza
- Departamento de PABX
- Departamento de Organização e Informática
- Departamento de Reprografia (Xerox)
- Departamento de Segurança
- Departamento de Taquigrafia
- Departamento de Treinamento
- Departamento de Transporte
- Diretoria Geral
- Diretor Legislativo
- Procuradoria Jurídica
- Secretaria de Comunicação Social
- Assessoramento Temático
- Chefia de Gabinete da Presidência
- Chefia da Diretoria Geral
- Agência Assembleia de Notícias



**Assembleia Legislativa
do Estado de Goiás**

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

Secretária: Maria de Lourdes Silva (Lurdinha)

EQUIPE TÉCNICA

*Agente Legislativo: **Maria Luiza Silva***

*Agente Legislativo: **Mary Anne Rodrigues Araújo***

*Assistente Legislativo: **Maclemes Ribeiro de Souza***

*Assistente Legislativo: **Sandra Marcelino Lopes***



**Assembleia Legislativa
do Estado de Goiás**

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E URBANA

Responsáveis Técnicos Pela Elaboração Deste Relatório:

Maria Luiza Silva

Maria de Lourdes Silva

Coordenação Deste Relatório:

Secretária: MARIA DE LOURDES SILVA